



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO –
CAMPUS SERRINHA
TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

CLEDSON SANTOS DE SOUZA

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E POSTOS DE ATENDIMENTO
COOPERATIVO COMO INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
TERRITÓRIO DO SISAL

SERRINHA - BA

2022

CLEDSON SANTOS DE SOUZA

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E POSTOS DE ATENDIMENTO
COOPERATIVO COMO INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
TERRITÓRIO DO SISAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus* Serrinha, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientadora: Marcia Eliana Martins

SERRINHA - BA

2022

Souza, Cledson Santos de
M917p Cooperativismo de crédito e postos de atendimento cooperativo como instrumentos de desenvolvimento local no Território do Sisal/ Cledson Santos de Souza: Serrinha, Ba, 2022.
60 p.: il.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Eliana Martins.

1. Cooperativismo de crédito. 2. Pequenos negócios. 3. Desenvolvimento local . 4. Território do Sisal. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. II. Martins, Márcia Eliana (Orient.). III. Título.

CDU: 334

CLEDSON SANTOS DE SOUZA

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E POSTOS DE ATENDIMENTO
COOPERATIVO COMO INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
TERRITÓRIO DO SISAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Serrinha* como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM 08 / 06 / 2022 conforme Ata de Defesa nº 13/2022 - SER-CE/SER-DA/SER-DG/RET/IFBAIANO assinada.

BANCA EXAMINADORA:

Marcia Eliana Martins

Orientadora

IF Baiano-Campus Serrinha

Etiene Santiago Carneiro

IF Baiano - Campus Serrinha

Heron Ferreira Souza

IF Baiano - Campus Serrinha

SERRINHA - BA

2022

Aos meus familiares, que têm me incentivado e buscado crescer na graça e no conhecimento.
Para aqueles que me tomaram como espelho para suas carreiras e ingressaram na universidade ou curso técnicos, afim de se profissionalizar.
À minha orientadora, especialista na temática, a qual tem sido, desde o início, uma inspiração para a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento em que todos temos que dizer “adeus”, “hasta luego”, “see you latter”. Ao passo que estamos felizes, também sentimos aquela dor no coração, deixando-o quebrado por dentro. Mas, isso é porque ainda não compreendemos que a hora da despedida é simplesmente o início da partida. No entanto, nós nunca vamos embora de verdade, desde que alcancemos morada na memória dos nossos irmãos. Sendo assim, elevo toda gratidão ao Deus Eterno, Criador da Humanidade, que foi e continua sendo a minha força nos momentos de ansiedade, angústia e desespero; pela sua infinita misericórdia, pelo fôlego de vida, por me proporcionar experiências inimagináveis através da ciência, por ter permitido alcançar mais um objetivo. Sem Ele, nada disso seria possível. Obrigado, Jesus Cristo, por me conduzir num recinto, pluricultural, cuja esperança, o amor, a fé e a humildade permaneceram íntegras e atadas ao meu coração.

A este campus, que me proporcionou a chance de expandir os meus horizontes. Ao corpo docente, direção e administração, Colegiado de Gestão de Cooperativas e demais servidores.

Agradeço aos(às) meus(minhas) professores(as), pela dedicação, por proporcionar o conhecimento não apenas racional, pela manifestação da afetividade na educação, pela postura ética profissional. Em especial, os(às) professores(as): Davi Costa, Tatiane Comin, Marcio Rodrigo Caetano, Ginalva Carvalho, Geovânio Nascimento, Erasto Gama, Heron Souza, Etiene Carneiro, Maria Auxiliadora dos Santos, Márcio Alencar, Cassiana Mendes, Marcia Martins. Professores(as) dedicados(as), meus eternos agradecimentos.

Sou grato eternamente, à minha orientadora, Prof.^a Dra. Márcia Eliana Martins por ter aceitado fazer parte dessa conquista, ao me orientar em meio a tantas responsabilidades pessoais e profissionais.

Meu eterno agradecimento a todos os colegas de curso, aos amigos que contribuíram de algum modo com minha vida pessoal ou acadêmica. Obrigada pelos conselhos, palavras de apoio, puxões de orelha e risadas. Só tenho a agradecer e dizer que esse trabalho também é de vocês. Em especial, aos(às) amigos(as): Manuela Souza, Samara Vitoria, Antônio Meireles, Fernando Souza, Alexandre Teles, Elbia Cunha, Vanessa Carneiro, pelo companheirismo e pelo apoio moral.

Agradeço a minha mãe que, apesar de nunca ter estudado, sempre incentivou os filhos a estudarem. Também por me esperar chegar em casa todos os dias.

Teu calor sobre mim é como o Sol
Quando insiste em me acordar
Como esses montes ao meu redor
Tu és a minha muralha
A perfeição da criação
Manifesta o Teu esplendor
Todo som toda cor seja
Louvor ao rei da glória

(RODOLFO ABRANTES, 2018)

SOUZA, Cledson Santos de. **Cooperativismo de Crédito e Postos de Atendimento Cooperativo como instrumento de desenvolvimento local no Território do Sisal**. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Serrinha, Serrinha, BA, 2022*.

RESUMO

O cooperativismo de crédito revolucionou o Sistema Financeiro Nacional. Apesar das restrições sofridas ao longo de décadas, os avanços retratam-no como meio formal para inclusão financeira de povos excluídos pelos bancos convencionais, passando a atuar em lugares distantes, através de agentes de crédito e da instalação de Postos de Atendimento Cooperativo ou agências singulares. Ao lado do cooperativismo de crédito, o empreendedorismo tem ganhado visibilidade nos últimos anos, visto que, além de garantir renda e qualidade de vida aos sujeitos, também potencializou o desenvolvimento local, assim como reduziu os níveis de desemprego. Diante dessa realidade, surge o desejo em realizar este trabalho para aprofundar os conhecimentos acerca do tema com base no seguinte problema de pesquisa: como a instalação de Postos de Atendimento Cooperativo pode contribuir para o desenvolvimento local e dos pequenos negócios no Território do Sisal? Embora, algumas agências bancárias tenham tido suas atividades encerradas nos últimos anos, o número de postos de atendimento cooperativo denota crescimento. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho expressa-se em analisar como a instalação de Postos de Atendimento Cooperativo contribui para o desenvolvimento local e incentivo aos pequenos negócios no Território do Sisal. Para assegurar as informações em torno do problema, o referencial teórico foi construído embasado nos seguintes teóricos: Sales, (2010); Reisdorfer, (2014); Pinheiro, (2008); Silva, (2011); Búrigo, (2006a); Meinem e Port, (2014); Martins,(2016); Alves Junior, (2018);Caribé e Cunha, (2018); Coelho Neto, (2013); Araújo, (2016); Magalhães, (2005); Freitas, (2021); para contextualizar o cooperativismo de crédito no Brasil, e Burti, (2013); Oliveira, (2011); Silveira; (2010); entre outros para abordar os sentidos elencados ao desenvolvimento local. A pesquisa foi desenvolvida a partir de materiais já produzidos e publicados, seguindo os moldes da pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, também se fez uso da análise documental durante a coleta dos dados. Os resultados encontrados apontam que os postos de atendimento cooperativo estão submetidos aos mesmos critérios que orientam a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito. Além disso, possuem uma atuação limitada para o desenvolvimento local, como também no estímulo aos pequenos negócios. Contudo, contribuem para alavancar a economia local, desde que, sejam efetuadas interações econômicas a partir das relações de convivência entre os sujeitos, os quais se constituem agentes de transformação social mediante a prática educacional cooperativista.

Palavras-Chave: Cooperativismo de Crédito. Pequenos Negócios. Desenvolvimento Local. Território do Sisal.

SOUZA, Cledson Santos de. **Credit Cooperativism and Cooperative Service points as an instrument for local development in the Sisal Territory.** 61 p. Work Course Conclusion (Technologist in Cooperatives Management) Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano - *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2022.

ABSTRACT

Credit cooperatives revolutionized the National Financial System. Despite the restrictions suffered over decades, advances portray it as a formal means for the financial inclusion of peoples excluded by conventional banks, starting to act in distant places, through credit agents and the installation of Cooperative Service Points or singular agencies. Alongside credit unions, entrepreneurship has gained visibility in recent years, since, in addition to guaranteeing income and quality of life for individuals, it also boosted local development, as well as reduced unemployment levels. Faced with this reality, the desire to carry out this work arises to deepen the knowledge on the subject based on the following research problem: how can the installation of Cooperative Service Stations contribute to the local development and small businesses in the Sisal Territory? Although some bank branches have had their activities closed in recent years, the number of cooperative service stations shows growth. In this way, the general objective of this work is expressed in analyzing how the installation of Cooperative Service Points contributes to the local development and incentive to small businesses in the Territory of Sisal. To ensure the information around the problem, the theoretical framework was built based on the following theories: Sales, (2010); Reisdorfer, (2014); Pinheiro, (2008); Silva, (2011); Búrigo, (2006a); Meinem and Port, (2014); Martins, (2016); Alves Junior, (2018); Caribé and Cunha, (2018); Coelho Neto, (2013); Araújo, (2016); Magalhães, (2005); Freitas, (2021); to contextualize credit cooperativism in Brazil, and Burti, (2013); Oliveira, (2011); Silveira; (2010); among others to address the meanings listed in local development. The research was developed from materials already produced and published, following the molds of the bibliographic research of an exploratory nature. Documental analysis was also used during data collection. The results found indicate that cooperative service stations are subject to the same criteria that guide the constitution and operation of credit unions. In addition, they have a limited role for local development, as well as encouraging small businesses. However, they contribute to leverage the local economy, provided that economic interactions are carried out from the relationships of coexistence between the subjects, who constitute agents of social transformation through cooperative educational practice.

Keywords: Credit Cooperative. Small Business. Local Development. Sisal Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução normativa e seus reflexos na quantidade de cooperativas no Brasil entre 1960 a 2005.....	26
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Panorama dos pequenos negócios no Território do Sisal (2020).	444
Tabela 2 - Panorama dos pequenos negócios no Território do Sisal (2020).	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS/CUT - Agência de Desenvolvimento Solidário/Central Única dos Trabalhadores

ANCOSOL - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária

APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia

ASCOOB - Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar

ASCOOB SISAL - Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Sisal

ASCOOB COOPERAR - Cooperativa De Credito Rural Ascoob Cooperar

ASCOOB ITAPICURU - Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Itapicuru

ASSOCENE - Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste

BACEN - Banco Central do Brasil

CETRA/CE - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria aos Trabalhadores do Ceará

COCREDI - Cooperativa de Crédito Rural de Itapipoca - CE

CONFESOL - Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

CONFEDERAÇÃO CRESOL - Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar e Solidária

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CREDIBAHIA - Cooperativa Central de Crédito Rural da Bahia

CREDIJAT - Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar com Interação Solidária de Jataí - Goiás

CREDSOL - Cooperativa de Crédito Rural de Desenvolvimento Solidário de Iúna - ES

CREDITAG - Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar

CREHNOR - Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária

CRESOL - Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DESER-PR - Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais do Paraná

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ECOSOL - Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária

EPP - Empresas de Pequeno Porte

GEM - *Global Entrepreneurship Monitor* (Monitoramento de Empreendedorismo Global)

IDH- Índice do Desenvolvimento Humano

ME - Microempresas

MEI - Microempreendedor Individual

MOC-BA - Movimento de Organização Comunitária da Bahia

ONU- Organização das Nações Unidas

PAC - Posto de Atendimento Cooperativo

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UNICRED - Cooperativa de economia e crédito mútuo dos médicos e demais profissionais da área de saúde

UCS - Universidade de Caxias do Sul

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2.	COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL.....	22
2.1	Cooperativismo de Crédito Brasileiro: da gênese aos dias atuais	22
2.2	Desenvolvimento local: sentidos atribuídos	32
3	METODOLOGIA	34
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	39
4.1	Critérios para instalação de Posto de Atendimento Cooperativo (PAC)..	39
4.2	Contribuições dos PAC para desenvolvimento local e dos Pequenos Negócios no Território do Sisal	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A industrialização contribuiu para o fortalecimento da burguesia influenciando no aumento da produtividade e interferiu no modo de vida e padrões de consumo da sociedade, dando a entender que seria a única fonte propulsora capaz de conduzir às nações a emancipação financeira e social (SOUSA, 2022). Ao influenciar o desenvolvimento de capital também contribuiu para o isolamento e a alienação crescente do trabalhador (GIDDENS, 2001). Em meio a este contexto, emergia crises em vários setores da economia, com destaque para o trabalhista, cujos resultados apontaram que milhares de pessoas viveram em situações de extrema pobreza no campo e na cidade (OLIVEIRA, 2016).

Diante das adversidades, atuar coletivamente continua sendo um caminho utilizado pelos sujeitos para solução dos problemas em prol do bem estar social e a garantia de sobrevivência dos grupos, sem que precisasse ausentar-se dos seus lugares de origem. Conforme Frantz (2012) a mudança do sistema de produção feudal para o sistema capitalista gerou grande impacto na sociedade da época, visto que o trabalhador artesanal passou a submeter-se às condições empregatícias das indústrias, cujo foco estava na acumulação de bens e riquezas e não mais para satisfação das necessidades da família.

De acordo com Frantz (2012), a maquinofatura alterou a rotina e as relações dos trabalhadores, afetando diretamente na qualidade de vida. Visto que, no sistema artesanal de produção os resultados dependiam da ajuda-mútua entre as pessoas, as quais não precisavam ausentar-se dos seus locais de trabalho, a maioria em suas próprias casas, sendo responsáveis pelo controle de todo o processo produtivo, além de serem detentores dos meios de produção. Entretanto, a utilização das máquinas fomentou o aumento e consumo na produção industrial, dividindo as etapas de produção entre vários setores, causando a desvalorização do trabalho artesanal, uma vez que os meios de produção estavam sob controle dos patrões, protagonizando assim a “substituição da economia da necessidade pela economia do interesse” (FRANTZ, 2012, p.12).

Apesar de representar um marco histórico importante na história da humanidade e avanços para a indústria, a Revolução Industrial contribuiu para o desencadeamento de problemas sociais e econômicos. Para Oliveira (2004), a

Revolução Industrial trouxe consigo grandes impactos à sociedade, principalmente pra classe trabalhadora, visto que, à medida que fomentou a produção em massa, também forçou o trabalhador a deslocar-se do campo para cidade, habitando e trabalhando em condições precárias, ausentes de qualquer direito trabalhista, ao passo que as relações pessoais, a cultura e o lazer foram substituídas pelo valor de troca (mercadoria), ao invés do valor de consumo, vindo mais tarde agravar-se com os reflexos do desemprego, da fome e do alcoolismo e etc.

A situação tornou-se mais agravante na primeira metade do século XIX, pois, a exclusão em massa dos trabalhadores das fábricas os obrigou a deixar de consumir os produtos dessas mesmas empresas (SALLES, 2010). O novo cenário econômico turbulento contribuiu por volta de 1830 para a criação de uma classe formada por trabalhadores, os quais se organizaram em torno de realizar manifestações e greves em prol de melhorias nas condições de trabalho, porém sem ter êxito (FRANTZ, 2012).

Outras iniciativas foram desenvolvidas amparadas na ajuda mútua e na cooperação a fim de garantir “as necessidades de seus membros pela produção e conservação de alimentos” (FRANTZ, 2012, p.16). A partir dessas experiências e outras demais, surgiu o cooperativismo como um reflexo das contradições do capitalismo, propício a reduzir a exclusão social, sendo visto como meio de amenizar os traumas sociais e econômicos existentes (SALES, 2010).

Em virtude das experiências desenvolvidas pela Sociedade dos probos pioneiros de *Rochdale*, a partir de 1844, o cooperativismo expandiu-se no mundo como uma tipologia socioeconômica sustentado em princípios filosóficos que visam o bem-estar social, econômico e cultural, sendo organizado a partir da “participação democrática, solidariedade, independência e autonomia”, almejando o equilíbrio e a justiça social dos membros. Outrora, o movimento fortaleceu-se ao ponto de permanecer inabalável nos períodos de guerras, ao passo que aumentava cada vez mais o número de sócios e os ramos de atividades (REISDORFER, 2014, p.16).

No Brasil, a história do cooperativismo retrata embates e avanços acerca da estruturação do mesmo durante décadas em torno de melhores condições de vida para a população. Inicialmente, o movimento cooperativista brasileiro foi estimulado na área urbana através de iniciativas de “funcionários públicos militares,

profissionais liberais e operários”, [...], vindo a ser idealizado no meio rural com o ramo de crédito a partir de 1906 por agricultores” (TRUGILHO *et al.*, 2014).

Os primórdios do cooperativismo no Brasil apontam o caráter assistencialista voltado para ajudar pobres e viúvas no estado mineiro (PINHEIRO, 2008). Essas experiências sustentadas em valores como justiça social e solidariedade contribuíram para o fortalecimento das cooperativas, principalmente o ramo de crédito.

Em meio ao cenário catastrófico da pandemia iniciada em 2019 e presente ainda no contexto atual, as cooperativas passaram a ser classificadas como “organizações ideais para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável presentes na agenda 2030 da ONU- Organização das Nações Unidas” (GOUVEIA, 2016, p. 03), pois desenvolvem um papel importante na redução dos impactos econômicos e sociais. Notadamente, no Brasil, evidenciamos o segmento de crédito, visto que, as incertezas econômicas ao lado da inflação alta provocaram a redução na circulação de moeda, mesmo com os bancos privados batendo recordes nos lucros “acelerando o fechamento de agências bancárias em prol do uso de canais digitais” (DIEESE, 2020, p. 2), reconfigurando o setor bancário, as relações de trabalho e os serviços em torno da era digital.

O cooperativismo de crédito tem aumentado exponencialmente nas últimas décadas, principalmente direcionado ao financiamento de atividades para trabalhadores sem capital de giro. Em síntese, priorizar o crescimento dos sócios nas regiões em que estão localizadas constitui-se atributo das cooperativas de crédito, as quais buscam a captação de recursos financeiros para aumentar os índices das atividades econômicas dos associados, assegurando que suas operações sejam concretizadas com eficácia, de modo que haja retorno para comunidade onde está fixada.

Com o desemprego em alta, o empreendedorismo individual tem se configurado como uma saída de emergência para trabalhadores autônomos no campo e na zona urbana (GEM, 2020). Pensando na permanência e êxito destes trabalhadores nos seus locais de origem, as cooperativas de crédito vêm superando o caráter restritivo beneficiando cooperados e não cooperados através das operações realizadas pelos sócios no mercado, ao passo que amplia o número de

Postos de Atendimento Cooperativos, direcionando-os a lugares com ausência de serviços financeiros (SESCOOP, 2016; ZIGER, 2010).

No Território do Sisal, os vínculos associativos e cooperativos acontecem desde o período de beneficiamento do sisal (décadas de 1940 a 1970, posteriormente em 1990 até os dias atuais) e vem fortalecendo-se ao longo de décadas através do embate contínuo dos movimentos sociais em torno da luta pela terra e pelos direitos humanos, visando à melhoria na vida das pessoas e o desenvolvimento econômico local (SILVA *et al.*, 2016). De acordo com os autores citados, a presença de Postos de Atendimento Cooperativo vem se constituindo como alternativa viável ao território sisaleiro, pois, durante décadas foi caracterizado pelo alto índice de informalidade acompanhado pela dificuldade em gerar empregos formais (carteira assinada), cujos empregos públicos dos municípios correspondem a principal fonte de renda.

A relação entre cooperativismo e empreendedorismo torna-se evidentes, uma vez que, tende a fomentar a colaboração entre vários indivíduos (empreendedorismo social) com os mesmos propósitos, ou que possui dificuldades para exercer alguma atividade dentro do mercado. Além disso, o cooperativismo de crédito contribui para fortalecer, aprimorar e melhorar as atividades (serviços e produtos) exercidas (ofertados) pelos sujeitos, através de cursos de capacitação técnica em torno do desenvolvimento de novos negócios e também para gerenciar os diversos tipos de recursos investidos.

O cooperativismo nos seus diversos ramos torna-se importante para a economia de qualquer região sendo implantado de acordo com a necessidade emergente. Em relação ao Território do Sisal, a instalação de Posto Atendimento Cooperativo reflete o quanto as cooperativas de crédito estão empenhadas em promover geração de renda e benefícios sociais à população de baixa renda através da ampliação do microcrédito fortalecendo micro e pequenas empresas. É a partir deste contexto que surge o problema que orientou esta pesquisa, formulado a partir da seguinte questão: como Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) pode contribuir para o desenvolvimento local e dos pequenos negócios no Território do Sisal?

Como modelo de governança compartilhada, as cooperativas de crédito rompem a inércia do modelo capitalista através da oferta de produtos e serviços

variados com taxas de juros mais acessíveis comparadas aos bancos tradicionais, adaptando as condições de pagamento às necessidades dos clientes (MARTINS, 2014). Nesta perspectiva, esse estudo é de importância social, em particular, para o *lôcus* de pesquisa em questão devido ao caráter social intrínseco do cooperativismo, cuja inclusão financeira dos grupos menos favorecidos e empreendedores possuem vínculos com as cooperativas de crédito. Outrora, pela ausência de informações públicas que diferenciem o modelo autogestionário do modelo praticado pelos bancos.

O número de Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) aumentou nos últimos anos (BANCO CENTRAL, 2020), no qual, a busca por crédito para financiar projetos e expandir negócios próprios representam principais fatores pelos quais milhares de pessoas estão aderindo ao cooperativismo. Contudo, a crise pandêmica interferiu nos aspectos econômicos, implicando a recessão das operações financeiras em alguns locais, ao passo que aumentou em outros permitindo ao Banco Central do Brasil exercer pressão exigindo a transformação de Postos de Atendimento Cooperativo em cooperativas de crédito, resultando no encerramento de algumas agências.

O fechamento de Postos de Atendimento Cooperativo não interferiu nos vínculos dos associados com as cooperativas, os quais tiveram suas contas reintegradas em outras agências nos municípios com mais proximidade. Nesta instância, este trabalho justifica-se pessoalmente, pois também sou membro de uma cooperativa de crédito que teve as atividades encerradas no município de Biritinga, após fechamento de agências bancárias, o que prejudicou diretamente os aspectos econômicos locais, visto que a maior parte do comércio local utilizava dos serviços disponíveis no Posto de Atendimento Cooperativo (PAC) como: abertura de contas, microcrédito, investimentos, cartões de crédito, pagamentos de contas, etc.

O cooperativismo abrange todo Território do Sisal, porém as informações referentes ao crédito solidário não são suficientes, visto que há comparações frequentes com os bancos tradicionais. A partir dessa ótica, a pesquisa é de cunho emergente para academia, pois irá contribuir para o banco de dados bibliográficos do *campus* e, em nível territorial, pois as publicações na área são poucas devido às muitas especificidades. Outrora, por estabelecer um papel de interlocutor dentro do território dialogando com as diversas áreas do conhecimento, as discussões

acadêmicas necessitam de dados novos que possam fomentar os diálogos e parcerias entre as entidades locais.

As cooperativas de crédito solidário passam a ter mais visibilidade dentro do Sistema Financeiro Nacional como contribuinte para a economia. Ao passo que buscam proporcionar acessibilidade a linhas de créditos e serviços restritos dos bancos convencionais aos cooperados, também favorecem que pessoas do campo e da cidade excluídas do Sistema Financeiro Nacional participem ativamente no processo de desenvolvimento econômico-social em seus municípios. Assim, para estudar a problemática, este estudo traz como objetivo geral: analisar como Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) contribui para o desenvolvimento local e dos pequenos negócios no Território do Sisal. E específicos: I) contextualizar o histórico do cooperativismo de crédito; II) apresentar os critérios utilizados para instalação de Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) e III) discutir suas contribuições para o desenvolvimento local e incentivo aos pequenos negócios.

Portanto, para um melhor aprofundamento, este trabalho está organizado em cinco seções. A primeira consta desta *Introdução*, a qual apresenta o trabalho contextualizando-o à temática em diferentes períodos e lugares, o problema, a justificativa e os objetivos que nortearam toda a pesquisa bibliográfica.

A segunda seção nomeada *Cooperativismo de Crédito no Brasil*, trata-se do capítulo teórico, que é composto por dois tópicos. O primeiro contextualiza o cooperativismo de crédito desde o surgimento até os dias atuais, situando as discussões no território brasileiro de modo a enfatizar as iniciativas no Território do Sisal. O segundo tópico traz uma rápida abordagem sobre o desenvolvimento local evidenciando a importância da flexibilidade e da compreensão sobre fatores diversos que implicam no local ser mais ou menos desenvolvido.

A terceira seção, *Metodologia*, apresenta informações importantes quanto aos aspectos metodológicos usados para organizar o trabalho, indicando a abordagem qualitativa usada, qual a natureza do trabalho, como os dados foram recolhidos inicialmente, quais os critérios utilizados para a seleção dos textos e a condução da análise.

Na quarta seção, *Análise dos dados*, é o momento da análise das informações colhidas nos materiais selecionados para fundamentar e dialogar com os objetivos específicos II e III. Esta parte é de suma relevância, pois relata o que já

foi produzido e dialoga com autores a respeito da temática com vistas às considerações finais.

A quinta e última seção traz as *considerações finais*, sintetizando os resultados obtidos com a pesquisa, refletindo se os objetivos da pesquisa foram alcançados e discutindo algumas possibilidades que podem ser viáveis para o cooperativismo de crédito no contexto pesquisado.

2. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

Há algumas abordagens que refletem o potencial do cooperativismo de crédito para alavancar a economia, principalmente em lugares onde há presença de cooperativas de crédito. Porém, verifica-se muito a ausência de diálogos de autores com outras categorias, o que de certo modo implica a necessidade de esclarecer as contribuições e efetividade das cooperativas de crédito nos lugares onde se localizam. Para facilitar o entendimento a respeito da atuação dos Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) no Território do Sisal faremos neste capítulo, uma retrospectiva da chegada do cooperativismo de crédito no país, afunilando o debate entre autores, no intuito de esclarecer dúvidas e situar o discurso de acordo com os tempos atuais, ao passo que elencamos pontos chaves sobre o desenvolvimento local.

2.1 Cooperativismo de Crédito Brasileiro: da gênese aos dias atuais

A origem do cooperativismo associa-se diretamente à luta operária europeia em busca pela superação dos efeitos negativos provocados pela Revolução Industrial em torno das relações de produção e das relações de trabalho, cujo aumento da produção fomentada pelo uso de máquinas produziu um contingente de desempregados, criando um estado de miséria e desamparo. Esse cenário de incertezas econômicas e de ausências de garantias sociais para os trabalhadores constituíram os impulsos necessários para o nascimento do cooperativismo moderno na cidade de *Rochdale*, vindo a ser constituído um norte para o cooperativismo até os dias atuais (BASÍLIO, 2015).

À medida que foi ganhando forças através de ideias filosóficas e apoio de pessoas influentes como: Robert Owen, Charles Fourier, Philippe Joseph Benjamins Buchez e Louis Blanc, o cooperativismo configurou-se uma proposta de enfrentamento frente à crise gerada pelo avanço do capitalismo, ao passo que vislumbrava a possibilidade de preservação social e cultural dos povos (SALES, 2010). Tais ideais e propostas, que confrontavam os alicerces de superioridade econômica dos capitalistas, pautaram-se em justiça social, solidariedade, cooperação e igualdade de direitos, consolidando o cooperativismo como um tipo de “economia solidária” ao passo que desenvolviam múltiplas alternativas em busca de soluções contra pobreza, miséria, desemprego e o individualismo (MORAIS, ET AL 2011).

Para Reisdorfer (2014, p.16) o cooperativismo pode ser visto como um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de agrupar e reunir e unir comunidades em prol do desenvolvimento econômico e bem-estar social. Por apresentar qualidades inclusivas, somando forças no contexto de ampla concorrência, com foco na integração e bem-estar social das pessoas, o cooperativismo adequou-se à realidade iminente da Revolução Industrial, vindo anos mais tarde constituir experiências cooperativistas em outros ramos, como o de crédito.

Desde que surgiu na Alemanha em 1848, o modelo *Raiffeisen* das cooperativas de crédito designadas excepcionalmente ao crédito rural, continuou a expandir em diferentes países. No território brasileiro a implementação ocorreu em 1902 na cidade de Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul por iniciativa do trabalho do padre jesuíta Theodor Amstad em meio às colônias de descendência alemã, vindo nomeá-la como “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad”, depois rebatizada como “Caixa Rural de Nova Petrópolis”. De acordo com Oliveira (1984) *apud* Bortoli (2016, p. 22) “as experiências trazidas pelos europeus foram elementares para a criação da cooperativa” voltada para atendimento dos camponeses de Nova Petrópolis, definindo o Rio Grande do Sul como local de nascimento do Cooperativismo Brasileiro.

As cooperativas de crédito buscam a valorização do relacionamento entre os sujeitos oferecendo soluções financeiras em torno de agregar renda e contribuir para

melhoria da qualidade de vida dos associados e da comunidade. Nesta perspectiva, Pinheiro (2008) aponta que

[...], as Cooperativas de crédito são compreendidas como instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor (PINHEIRO, 2008, p.07).

A definição apresentada expressa a forma organizada de atuação do cooperativismo de crédito nos dias atuais. Porém, verifica-se que, no início, as operações de crédito realizadas pelas cooperativas restringiam-se especificamente em torno de atender cooperados do campo.

De acordo o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP (2016), as cooperativas de crédito expandiram-se no país, alcançando outras regiões, objetivando ofertar serviços financeiros de acordo com as necessidades dos cooperados, principalmente em tempos de crises. Entre todas, a Pioneira¹ foi a que mais se destacou, transformando em referência financeira em poucos anos de atividade contribuindo para uma presença maior do segmento *Raiffeisen* na região sul favorecendo aos associados na construção de casas e aquisição de terras.

Além das caixas rurais *Raiffeisen*, os bancos populares *Luzzatti* e *Desjardins* também foram implantados no país. Segundo Pinheiro (2008) às cooperativas do segmento *Luzzatti* tornaram-se popular entre 1940 e 1960, cujas principais características apontavam

[...], a não-exigência do vínculo dos sujeitos para tornar-se associado, exceto algum limite geográfico (bairro, município etc.), quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não-remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito.(PINHEIRO, 2008, p.21)

¹ Primeira cooperativa de crédito do Brasil e da América Latina constituída em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul em 1902, pelo padre Jesuíta Theodor Amstad.

Nota-se que as estratégias dos bancos populares *Luzzatti* fomentou a busca por muitos grupos, pois não havia restrições pra realizar operações financeiras com pessoas que não tinham aderido ao segmento, embora a não-obrigatoriedade de garantias ao tomador de empréstimos facilitava ao mesmo tempo a integração dos clientes ao banco.

Embora o cooperativismo de crédito tivesse alcançado êxito no interior gaúcho, Meinem e Port (2014) relatam sobre retrocessos das cooperativas de crédito após os bancos tradicionais serem constituídos como instrumentos canalizadores de recursos para o campo pelos aspectos normativos do Decreto Lei 1.503 de 12 de novembro 1962 e da reformulação da legislação bancária através da Lei 4.595/64, atribuindo ao Banco Central do Brasil as obrigações anteriormente assumidas pelo Ministério da Agricultura acerca do funcionamento, fiscalização e cancelamento do registro das cooperativas de crédito. Neste período, enquanto os bancos oficiais eram beneficiados, as cooperativas do tipo *Luzzatti* e de livre associação eram proibidas de serem constituídas no país.

Búrigo (2006a) salienta que diante das adversidades institucionais geradas durante a fase da Ditadura Militar, as cooperativas de crédito singulares chegaram a constituir federações ou centrais, mas pela falta de integração não conseguiram formar confederações². Isto gerou uma dissolução em massa em parte pelo clima de desconfiança imposto e pelas medidas restritivas que fomentavam apenas aos interesses do mercado financeiro nacional.

A partir dos anos 1980 as cooperativas de crédito começam a ressurgir, visto que, durante o período militar elas ficaram enfraquecidas, isto aconteceu a partir da promulgação da lei 4.565/64 que instituiu a reforma bancária, cuja autonomia de funcionamento e constituição ficou sob a direção do Banco Central do Brasil, cujas restrições enfraqueceram as cooperativas ao passo que fortaleceram os ideais do governo (Búrigo, 2006). Para Silva (2011) as cooperativas de crédito rural

[...], passaram por um programa de reestruturação desenvolvido no Rio Grande do Sul, onde o principal objetivo era agrupar a classe de produtores rurais em torno de um organismo de crédito sistematizado e agregado a uma central, este sistema dava condições de

² Conforme a lei 5764/ 71 em seu artigo 6º, as cooperativas estão organizadas hierarquicamente em singulares (1º grau), centrais (2º grau) e confederações (3º grau). Sendo que as confederações são constituídas por no mínimo 3 (três) federações ou cooperativas centrais da mesma ou modalidades diferentes

operacionalidade administrativa e financeira às entidades de crédito rural através da centralização de recursos e programas educativos de treinamento, desta maneira nasce a SICREDI- Sistema Integrado de Crédito Cooperativo Rural (SILVA, 2011, p. 19).

Conforme o autor menciona, a recuperação das cooperativas de crédito dependia de uma nova organização do setor dentro do sistema financeiro vigente, o qual foi idealizado através da criação de uma central unindo as singulares (credis³) que sobreviveram à crise política de 1964, que além de ser alvo de políticas públicas e incentivos do governo funcionavam como seções de crédito em cooperativas agropecuárias, vindo estas mais tarde a funcionar como agentes dos programas oficiais de crédito rural, realizando serviços financeiros que somente eram efetuados pelos bancos comerciais impulsionando as cooperativas de crédito no país. Essas mudanças de paradigmas no Sistema Financeiro Nacional contribuíram para o crescimento exponencial em torno dos ativos e de movimentação financeira das cooperativas de crédito, porém a regulamentação adotada pelo Banco Central “impedia a difusão do cooperativismo de crédito no país junto à população mais pobre” (BURIGO, 2006a, p.90), visto que algumas cláusulas automaticamente extinguiu a participação dos pobres, pois exigia capital mínimo R\$ 50 mil na abertura de novas cooperativas.

No entendimento de Meinem e Port (2014), o cooperativismo de crédito começou a se intensificar na década de 1990 (figura 1) com um número expoente de cooperativas em exercício por todo o país, sendo consolidado com o surgimento dos bancos cooperativos através da Resolução nº 2.193/95, cujo propósito era integrar o sistema nacional de pagamentos. Nessa fase, as exigências em torno da “verticalização⁴” provocaram a separação entre as singulares e as cooperativas em extensão, à medida que os bancos cooperativos buscaram proximidade com as confederações dos principais sistemas de crédito cooperativo existentes na época.

Segundo Martins (2016, p.74) a expansão do cooperativismo de crédito em âmbito nacional nos anos 1990 deu-se em favor do surgimento das cooperativas de crédito rural as quais começaram atuar em torno de atender as demandas financeiras voltadas aos agricultores que não tinham acesso aos serviços

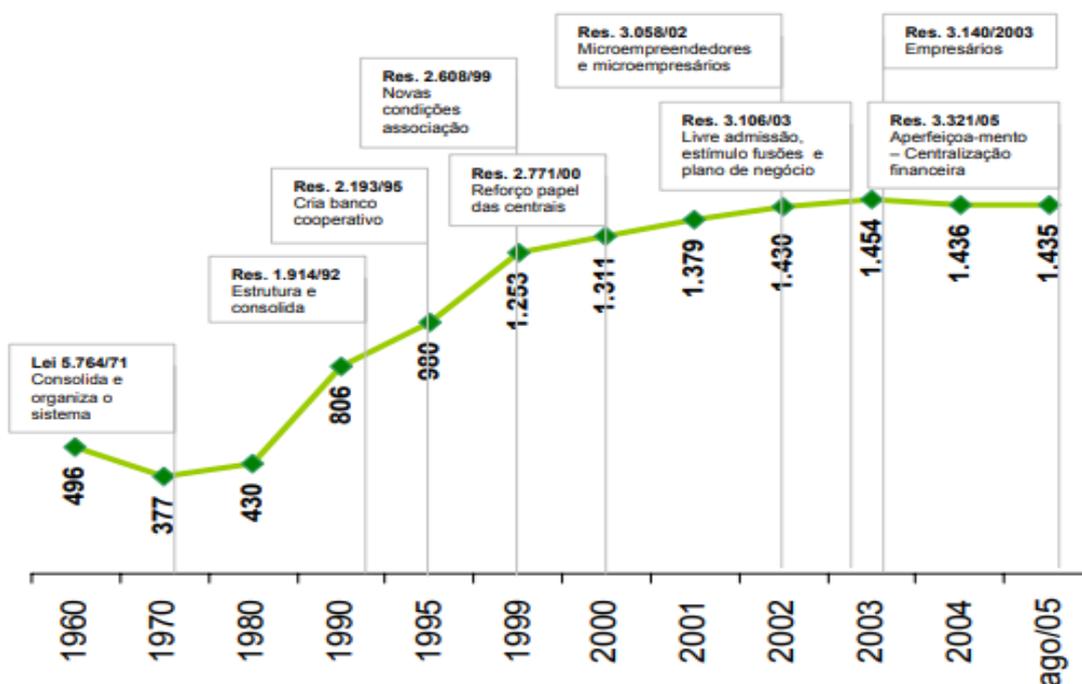
³ Atualmente são configuradas como cooperativas tradicionais ou verticais (Sicoob, Sicredi), cujo modelo de atuação se assemelha aos bancos convencionais.

⁴ Formato hierárquico tradicional cujas decisões e medidas administrativas são centralizadas, em torno de alcançar o crescimento financeiro da instituição mediante operações comerciais em áreas de capital elevado.

financeiros, pois, não havia inclusão dos mesmos anteriormente pelos modelos verticalizados⁵.

Ao abordar cronologicamente o cooperativismo de crédito no país, Pinheiro (2008) revela os avanços e retrocessos, cujos primeiros podem ser acompanhados através da Lei 5764/71 revogando o Decreto-lei nº 59/66 e seu regulamento que norteava o regimento jurídico das cooperativas e a Constituição Federal de 1988 que altera os aspectos exigidos anteriormente para o funcionamento das sociedades cooperativas. Ressaltando que, a Resolução nº 2.788, de 30 de novembro de 2000 também contribuiu para a mudança dos paradigmas normativos, permitindo a abertura de bancos múltiplos cooperativos.

Figura 1: Gráfico representativo da Evolução normativa e seus reflexos na quantidade de cooperativas no Brasil entre 1960 a 2005.



Fonte: BCB, s.d.

Em linhas gerais, o cooperativismo de crédito seguiu ampliando os horizontes de atuação sobre a proteção de normativos legais que ajustavam as regras em torno de admitir a participação de pessoas físicas e jurídicas. Seguindo Búrigo (2006a) as Resoluções nº 3.106/2003 e nº 3.140/2003 (figura1), do Banco Central do Brasil

⁵ SICOOB, SICREDI E UNICREDI.

tiveram um papel fundamental para estabilizar o cooperativismo de crédito, ao passo que proporcionou o reconhecimento das modalidades destas cooperativas as quais se dividiam em: crédito mútuo, crédito rural, crédito mútuo de atividade profissional, crédito mútuo de empreendedores, crédito de empresários, e livre admissão, mistas. Ambas formaram os principais sistemas de crédito cooperativo do país, vindo a ser substituídas através dos normativos presentes na Resolução 4.434/2015 que atualiza e substitui as classificações anteriores para somente três: cooperativa de crédito plena, cooperativa de crédito de capital e empréstimo e cooperativa de crédito clássica.

A história do cooperativismo de crédito revela etapas de muita instabilidade, mas também de progresso no Brasil. De acordo a Meinem e Port (2014) o progresso está relacionado à criação de Postos de Atendimentos Cooperativos (PAC) a partir de 2004 através da Resolução 2099/04 que permitiu a abertura dos mesmos seguindo os critérios de instalação no intuito de ampliar a área de ocupação, somando forças aos órgãos de representação. Em contrapartida, houve uma concentração de poder nos sistemas verticalizados, pois estes atuavam direcionados às áreas urbanas desenvolvidas tornando-se similares ao regime dos bancos convencionais.

A verticalização constitui-se como um modo prático de impossibilitar o acesso de grupos menos favorecidas ao Sistema Financeiro Nacional. Para romper essa dicotomia, em meados da década de 1990, numa perspectiva de horizontalidade, começou a surgir no Brasil um movimento de inclusão financeira para população do campo com pouca ou sem nenhuma renda, após o surgimento das cooperativas de crédito rural solidárias, visando “oferecer acesso diferenciado aos serviços financeiros de que os agricultores periféricos ao Sistema Financeiro necessitavam, mas que ainda não conseguiam acessar” (MARTINS, 2016, p.74).

É notável que o cooperativismo de crédito se dividiu em duas nuances, uma com missão, visão e valores voltados apenas para áreas comerciais urbanas desenvolvidas e outra destinada ao atendimento das áreas rurais com ou sem nenhum serviço financeiro de apoio aos agricultores. Logo, as cooperativas de crédito brasileiras começaram a atuar a partir de três níveis diferentes: singulares, centrais e confederações. De acordo com Búrigo (2006b) e Martins (2016) essas cooperativas congregam os quatro principais sistemas cooperativos de crédito no

país, sendo eles: o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), o Sistema Unicred Brasil (Unicred) e Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol).

A partir de 2004, as cooperativas de crédito rural solidárias integraram uma nova forma de organização através da criação da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol), após debates e seminários realizados pelo Fórum Nacional de Cooperativas de Economia Familiar e Solidária. Este novo formato organizacional tinha como propósito ampliar as maneiras de dialogar com órgãos do governo e agências que regulavam o cooperativismo do crédito solidário, de modo que, pudesse atender às peculiaridades inerentes ao cooperativismo solidário (ALVES JÚNIOR, 2018). Em sua organização, a Ancosol constituiu-se "reunindo algumas cooperativas centrais de crédito voltadas para a economia familiar e solidária, assim como alguns sistemas não organizados em centrais" (PINHEIRO, 2008; p.18).

Para Alves Júnior (2018) e Búrigo (2006b), a Ancosol representou um papel importante na estabilização do cooperativismo no país, principalmente, por ter na sua base a participação dos sistemas de Cooperativas de Crédito: ECOSOL, CRESOL, ASCOOB, CREHNOR, COCREDI, CREDIJAT/CRESCE⁶, CREDISOL E CREDITAG. Além disso, continha um conselho consultivo composto por organizações que anteriormente dialogaram no Fórum Nacional de Cooperativas de Economia Familiar e Solidária, sendo eles: a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria aos Trabalhadores (CETRA - CE), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais (DESER-PR), o Movimento de Organização Comunitária (MOC-BA) e a Visão Mundial do Brasil.

Apesar da grande relevância que teve para o cooperativismo de crédito brasileiro como um órgão representativo em nível nacional, a Ancosol exerceu suas atividades até 2008 como entidade responsável pela articulação dos interesses do cooperativismo de crédito solidário, pois, já não atendia mais às necessidades das técnicas em torno de qualificação dos serviços ofertados pelas cooperativas. Diante desse cenário, foi criada a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito

⁶ O Sistema Crescer foi representado pela participação da Credijat- Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar com Interação Solidária de Jataí – GO.

Rural com Interação Solidária (Confesol) com a obrigatoriedade de prestar assistência técnica em torno do “desenvolvimento de tecnologias da informação e softwares, [...], assim como instalação e treinamento nas centrais e singulares” (ALVES JUNIOR, 2018; p.64).

A antiga estrutura da Ancosol foi substituída por novos arranjos dos sistemas de crédito pela Confesol após movimentos de incorporações realizados entre alguns sistemas solidários alcançando abrangência em 20 estados brasileiros. Segundo Martins (2016), as incorporações entre os sistemas solidários visavam fortalecer as iniciativas do crédito rural solidário perante o Sistema Financeiro Nacional, começando pelo Nordeste através da inclusão das cooperativas associadas aos sistemas Integrar e Creditag ao Sistema Ecosol.

Em sequência, ocorreu a expansão do Sistema Cresol para o sudeste, visto que, durante um longo período este sistema esteve centrado apenas na região sul. Logo, o sistema Cresol passou a ser um dos maiores e mais fortes sistemas com as incorporações dos sistemas Ecosol, Creditag e Credsol. Após o término dos movimentos de incorporação, a Confesol deixa de existir cedendo lugar, em 2016, a Confederação Cresol que “representa as cooperativas vinculadas ao movimento da agricultura familiar e economia com interação solidária” (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2016).

Em relação ao Território do Sisal, o cooperativismo de crédito é marcado pela dinamicidade em torno de alavancar a economia local e proporcionar melhorias às pessoas do campo. Conforme Coelho Neto (2013) e Araújo (2016) o cooperativismo de crédito no Território do Sisal assemelha-se à origem do Movimento Cooperativista na Europa, marcado por lutas e mobilizações de sindicatos, associações e movimentos sociais em torno de melhorar as condições de vida do espaço historicamente representado pela pobreza.

Para Caribé e Cunha (2018) o cooperativismo de crédito começou na Bahia pelo Território do Sisal com a criação da cooperativa de crédito Sicoob Coopere, no município de Valente em 1993, na sede da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), cujas experiências anteriormente vivenciadas com a Poupança Apaeb e com as atividades desenvolvidas na associação em torno de prestar serviços financeiros e assistência técnica aos pequenos agricultores foram fundamentais para sua estabilização e funcionamento, principalmente, assegurando

a integração com o sistema cooperativista em nível estadual, iniciada após a adesão da Cooperativa Central de Crédito Rural da Bahia (Credibahia) mudando o seu nome de fantasia para Cooperativa Central de Crédito da Bahia (Sicoob Central Bahia) em 1998, consolidando-se e aderindo ao sistema Sicoob, cuja abrangência é em nível nacional.

Na década 1990 foram criadas cooperativas de crédito também em outras cidades ou reestruturadas através de outros ramos já existentes. Como a Cooperativa Ascoob Sisal, inicialmente nomeada como Cooperativa de Crédito Rural de Serrinha Ltda. “fundada em 1991 a partir de uma cooperativa de produção, organizada por agricultores de porte médio do município”, [...], e a “cooperativa de crédito de Araci criada em 1997, como resultado dos debates que se seguiram à avaliação do Fundo Rotativo da APAEB” (MAGALHÃES, 2005; p.104-105).

Além das cooperativas integradas ao Sicoob, o Território do Sisal contou com a instalação de cooperativas voltadas para o crédito rural solidário em 1999, cujos esforços de outras cooperativas contribuíram para a criação da Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB), estando “presente em dezesseis (16) municípios, atuando através das cooperativas singulares: ASCOOB Sisal, com sede em Serrinha-Ba; ASCOOB COOPERAR, com sede em Araci- BA e ASCOOB Itapicuru, sediada no município de Santaluz-BA” (FREITAS, 2021; p.24).

A presença dos sistemas de crédito cooperativos tem expandido nos últimos anos através da implantação de unidades de atendimento, denominados atualmente de Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) “como alternativa de ampliar o acesso aos serviços financeiros e conseqüentemente o número de sujeitos ao movimento cooperativista” (FREITAS, 2021; p.27). Contudo, nos últimos anos alguns Postos de atendimento foram fechados, a exemplo, o Posto de Atendimento Cooperativo da ASCOOB Sisal em Biritinga-BA, aumentando a dificuldade de acesso aos serviços bancários já existentes.

2.2 Desenvolvimento local: sentidos atribuídos

Com o advento da Economia Solidária, a presença de capital (microcrédito, moeda social⁷) ofertado pelas cooperativas de crédito ou bancos comunitários tem contribuído para a melhoria nas transações realizadas pelos cooperados (associados), fortalecendo as atividades econômicas, e consequentemente potencializando o desenvolvimento econômico local.

Nesta ótica, Burti (2013) retrata que

a disponibilidade de fontes de financiamento afigura-se um dos principais fatores para o desenvolvimento da economia de um país, pois as empresas, no geral, necessitam de recursos de terceiros para realizar investimentos, desenvolver suas atividades, ou para o financiamento de suas vendas. Tais recursos podem ser obtidos no mercado de capitais ou por meio dos mecanismos de crédito, especialmente o bancário (BURTI, 2013, p.72).

Apesar da relevância dos fatores econômicos mencionados pelo autor, estes constituem apenas uma das variáveis que implicam no avanço de um dado território, comunidade ou país, visto que, o sentido de desenvolvimento foi, por muito tempo, guiado pelos ideais da industrialização como acúmulo de riquezas para justificar apenas as concepções evolucionistas em torno de modernização tecnológica.

Nesta perspectiva, quando se busca analisar o desenvolvimento local através da presença de cooperativas de crédito, deve-se atentar que “o crescimento econômico é uma simples variação quantitativa do produto, a qual pode não estar igualmente distribuída de forma a beneficiar a economia como um todo, bem como a população” (MARCUIZZO, 2004; p.07). Dessa forma, o crescimento da economia de um dado território não deve ser visto como desenvolvimento local, pois não há indícios que a presença de capital possa tornar um ambiente mais ou menos desenvolvido.

A compreensão sobre o desenvolvimento local engloba o pensamento em torno da articulação entre comunidades, agentes públicos e privados com o

⁷ Conforme Maturana (2018, p.05), a “introdução de uma moeda social aumenta a velocidade de circulação da base monetária local e com isso se elevaria também a renda. Como circulante local em uma comunidade, propõe o resgate do sentido do dinheiro no que se refere à forma e procedimento determinante de valores sociais e hábitos, que fundamentam a dinâmica de funcionamento de uma sociedade. Além de promover o desenvolvimento endógeno da economia local, a utilização da moeda social com perspectiva de continuidade e aceitação, fortifica a proximidade entre as pessoas ao estabelecer vínculos baseados na confiança e na reciprocidade”.

propósito de produzir estratégias (políticas públicas) em torno da dinamização econômica, socialização de riquezas de modo a garantir oportunidades e condições ao conjunto da população, ao passo que reduz as vulnerabilidades existentes. Nesta perspectiva, pensar sobre o desenvolvimento local

[...], implica extravasar o local limitado por espaços geográficos e pensar sua identificação a partir da desconstrução da falsa antinomia entre o micro e o macro. O local constitui-se em território (levando a que alguns pensem mais bem em termos de desenvolvimento territorial) e conduz-nos a analisar a endogenia (o desenvolvimento local torna efetivas e dinamiza potencialidades locais próprias) e a particularidade (fatores locais) do contexto em que se situa. O local é, nesse sentido, construído social e territorialmente; é delimitado pela permanência de um campo estável de interação entre atores sociais, econômicos e políticos (MILANI, 2004; p.11).

O autor citado chama atenção para que a concepção do desenvolvimento local não seja explicada somente pelas características territoriais, mas, quando for categorizado território, devemos explicá-lo após analisar a veracidade das compatibilidades existentes entre as categorias presentes (aspectos econômicos, sustentabilidade, território) visto que pode haver uma falsa compreensão de sinergia, fazendo com que haja exclusão na participação de atores (políticos, econômicos, institucionais, sociais e ambientais) pertencentes à área delimitada, como também fora do território, dificultando diálogos com as esferas de poder.

Oliveira (2020, p. 03), pressupõe que “o desenvolvimento local proporciona bem-estar social, integração consciente do cidadão em todo processo de transformação político, cultural, econômico, social e institucional em seu território”. A partir dessa postura, compreendemos que o desenvolvimento local não deve ser analisado estritamente ao crescimento econômico, mas através da melhoria da qualidade de vida dos habitantes, como também a adoção de políticas de sustentabilidade, de modo que, possam suprir as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as próximas gerações.

No Território do Sisal o desenvolvimento local está articulado diretamente às mudanças positivas ocorridas nas últimas décadas, cujos resultados apontam a convergência resultante das interações entre os atores econômicos, sociais, culturais, ambientais, políticos e institucionais. Nesta ótica, o desenvolvimento local dentro do território implica a utilização e aproveitamento das potencialidades e

capacidades locais em torno de estruturar um projeto coletivo. Partindo da descentralização da “coordenação política dos processos de desenvolvimento para esferas públicas ampliadas cuja natureza é, essencialmente, local” (SILVEIRA, 2010; p. 49). Começando pela descoberta, reconhecimento e valorização das forças e dos vínculos (intersubjetivos e comunicacionais) que podem ser ativados em cada território.

3 METODOLOGIA

Pesquisar exige a imersão dos sujeitos pesquisadores em busca de interpretar fatos e dados ainda não explorados contribuindo para a produção de novos conhecimentos favoráveis ao desenvolvimento da ciência, da sociedade, como também esclarecer possíveis implicações em torno de uma problemática.

De acordo Souza (2018) essa busca por descobertas está intrínseca à formação do sujeito desde o nascimento, sendo estas visualizadas através dos ciclos evolutivos tecnológicos da sociedade. A priori, a pesquisa é

[...], uma tarefa árdua que exige do sujeito pesquisador uma implicação com um determinado objeto, que, acima de tudo, tem como objetivo estudar e investigar a origem de certos problemas, fase esta que o condiciona a buscar maiores informações sobre o assunto, no intuito de sanar as dúvidas sobre os elementos pesquisados (SOUZA, 2018, p. 31).

Na ótica do autor citado, a efetivação da pesquisa depende de alguns direcionamentos primários que dão suporte aos delineamentos do pesquisador durante a busca por evidências que assegurem a coleta de dados passíveis de solucionar o objeto pesquisado. Por vias de análise, Ludke e André (1986, p.01) entendem que é necessário "promover o confronto entre dados, evidências, as informações coletadas" e o conhecimento teórico já produzido acerca de um tema.

Para Gil (1991, p.19) a pesquisa é tida como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Todavia, está organizada como uma via que conduz o sujeito à realidade, cujos resultados são obtidos através da utilização de várias técnicas

possibilitando conhecer, investigar, constatar e analisar as informações” (SOUZA, 2018).

Para Ludke e André (1986, p. 92), o conhecimento é “fruto da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos a partir e em continuação do que já foi elaborado e sistematizado pelos que trabalharam o assunto anteriormente”.

Colaborando com as autoras acima Martins (2013) segundo Souza (2018, p.31) diz que

a pesquisa é um processo (conjunto articulado de ações) moderado por um paradigma que busca, de forma exaustiva e por meio de observações, reflexões, experimentações, análises, avaliações, interpretações e sínteses, a compreensão e/ou explicação de fenômenos da natureza e da vida, que proporciona a agregação de conhecimentos novos aos já existentes.

A partir desta abordagem chega-se à conclusão do ato de pesquisar como algo essencial para a humanidade, “pois, além de objetivar a expansão de novos conhecimentos, permite também ao pesquisador encontrar respostas para o que está sendo investigado” (SOUZA, 2018; p.31). Todavia, o problema de pesquisa e os objetivos representam a direção a ser tomada na investigação científica, assegurando que os dados obtidos sejam confiáveis segundo as normas científicas, buscando esclarecer e refletir sobre novas realidades, não limitando-se a reprodução de dados.

Assim, para realização deste trabalho, foi preciso seguir alguns aspectos metodológicos, ou seja, indicar, delimitar um caminho percorrido para fazer a pesquisa. Na concepção de Minayo (2001, p. 16) "a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade". Esta engloba desde a abordagem teórica até a aplicação de técnicas e procedimentos empregados para analisar, conhecer e adquirir mais conhecimento da realidade investigada em torno do objeto de estudo, visando facilitar o processo de construção da pesquisa científica.

Dessa forma, o presente trabalho teve como abordagem a Pesquisa Qualitativa, a qual está voltada para a “interpretação dos aspectos da realidade que não podem ser quantificados” (MINAYO, 2002, p.22), centrando-se na compreensão e explicação dos fatos. Compreendemos que esta abordagem foi mais adequada

para o desenvolvimento deste trabalho, por este ser uma atividade que implica em valores e atitudes subjetivas do ser humano. Do mesmo modo, esta possibilita o contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, onde o conhecimento não será alcançado por dados isolados, tendo como principal vantagem a experiência direta que é, sem dúvida, o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno.

A busca por ideias e hipóteses em relação a algum problema pouco conhecido faz com que o pesquisador tenha maior envolvimento com seu objeto de estudo. Nesta ótica, a pesquisa adotou a natureza exploratória que, segundo Gonsalves (2003, p. 65)

é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de fornecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominada “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Ou seja, contribui para imersão do pesquisador no levantamento de informações iniciais acerca de um dado campo de estudo, os quais serão explorados com maior rigor no decorrer da pesquisa com vistas a “esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

Neste sentido, para a realização desta pesquisa, adotou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica, pois esta constitui-se por diferentes contribuições científicas categorizadas de acordo com o tema, o qual deve passar por uma revisão sistemática por conta do pesquisador. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é um tipo que exige muita qualidade na análise dos dados, podendo ser realizada a partir do arcabouço teórico produzido, envolvendo livros, artigos científicos, dissertações, impressos ou extraídos da internet, mediante verificação prévia das fontes. Somado a esta e, devido às especificidades surgidas ao longo da pesquisa, utilizou-se também da análise documental, visto que ao longo do desenvolvimento algumas leis foram consultadas e utilizadas como aportes tanto na construção teórica quanto na elaboração dos resultados. Conforme Menezes *et al.* (2019, p. 38) a pesquisa documental proporciona que o pesquisador tenha “a vantagem de ir direto à fonte,

sem que haja a possibilidade de reproduzir um erro ou uma análise precipitada, como pode ocorrer na bibliográfica”.

Dessa forma, para atingir os objetivos propostos, a coleta de dados foi realizada obedecendo alguns procedimentos. A princípio foi feito um levantamento preliminar do material de pesquisa nos repositórios *on-line*: *Scielo*, *Locús* Institucional UFG, Unesp, Portal Cresol, repositório Institucional UCS, repositório institucional UFSC; repositório UFBA, Biblioteca Digital Sebrae, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações–USP, Biblioteca digital FEMA, Google Acadêmico, entre outros, através de palavras-chave presentes no tema como: Cooperativismo de Crédito; Desenvolvimento territorial; Desenvolvimento Local; Postos de Atendimento Cooperativos (PAC) e Pequenos Negócios. Alguns repositórios foram escolhidos, pois os dados encontrados tratavam diretamente das categorias discutidas na temática, ao passo que outros foram descartados por abordar temáticas divergentes.

Os dados obtidos em determinados repositórios contribuíram tanto para a construção do referencial teórico quanto para a análise dos dados. Porém, parte dos dados encontrados nos repositórios indicados, não contribuíram para aprofundar a discussão em torno do tema, uma vez que, a partir das palavras-chave utilizadas, retornavam dados não vinculados a este ou não retornavam dados. Assim, os materiais escolhidos foram compostos por teses, dissertações, livros e artigos científicos, pois, acreditamos que ambos foram “capazes de fornecer as respostas adequadas à solução do problema proposto” (GIL, 1991; p.38). Após identificar as informações contidas no material foram verificadas as aproximações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto em torno de “analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores” (GIL, 1991; p.39).

Nesta perspectiva, a análise exploratória ocorreu mediante a consulta e leitura do título, palavras-chave, sumário, resumo, introdução e considerações finais dos materiais selecionados. Tais elementos proporcionaram a obtenção de conhecimentos prévios ao pesquisador, o qual pode verificar a pertinência dos dados para responder ao problema proposto para a pesquisa. Ou seja, a análise exploratória

[...], se constitui em uma leitura rápida cujo objetivo é verificar se as informações e/ou dados selecionados interessam de fato para o

estudo; requer conhecimento sobre o tema, domínio da terminologia e habilidade no manuseio das publicações científicas. Momento de leitura dos sumários e de manuseio das obras, para comprovar de fato a existência das informações que respondem aos objetivos propostos (LIMA E MIOTO, 2007; p.41).

De forma semelhante, a análise seletiva ou seleção dos materiais indispensáveis à pesquisa ocorreu seguindo os mesmos critérios da exploratória, centralizando-se nos objetivos da pesquisa, de modo a evitar “leituras de textos que não contribuem para a solução do problema proposto” (GIL, 1991; p.40), evitando assim, o desperdício de tempo com dados inutilizáveis à pesquisa. Deste modo, foram utilizados os seguintes critérios para inclusão de trabalhos voltados à análise dos resultados: textos publicados com as expressões Cooperativismo de crédito, Desenvolvimento local/ territorial e/ou Postos de Atendimento Cooperativo (PAC), Território do Sisal, entre outros correlatos como finanças solidárias e Postos de Atendimento (PA) publicados em idioma português. Os quais em sua maioria corresponderam a natureza teórica.

Por outro lado, os critérios de exclusão utilizados abarcaram produções científicas que abordaram outros ramos cooperativistas sem ser o de crédito; ou discutiram sobre Desenvolvimento local sem considerar outras vertentes (Territorial, Sustentável, Econômica, Tecnológica); ou que foram escritos em outros idiomas diferentes do português.

A partir destes critérios, para os trabalhos selecionados para compor a análise foram confeccionados fichamento e fichas de leituras. Ambos contribuíram para discriminação dos dados, seguindo como norte às etapas da leitura analítica. Para Gil (1991) a leitura analítica

é feita a partir dos textos selecionados [...],buscando, ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa”. Sendo constituída a partir das seguintes etapas : leitura integral da obra ou do texto selecionado; identificação das idéias-chaves; hierarquização e sintetização das idéias (GIL, 1991, p.40-41).

O tratamento dos dados realizou-se pautado na leitura interpretativa que, segundo Gil (1991), tem como finalidade estabelecer relação entre o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução, à medida que

estabelece ligação com outros dados já alcançados, oriundos de pesquisas empíricas.

Nessa perspectiva, para aprofundar o conhecimento acerca da pesquisa, o capítulo seguinte remete à análise de dados, a partir das categorias selecionadas, (I) critérios utilizados para instalação de Posto de Atendimento Cooperativo (PAC); e (II) contribuições dos PAC para desenvolvimento local e dos pequenos negócios, mediante a discriminação dos dados em discussão com aportes teóricos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O procedimento de análise de dados é a técnica que nos permite verificar com maior eficácia a fidedignidade dos dados coletados, principalmente quando se trata de obter, das fontes pesquisadas, respostas ao problema de pesquisa, as quais não ficaram implícitas na construção das etapas anteriores ou sob aplicação de outros procedimentos.

As informações obtidas no decorrer do período da pesquisa foram organizadas em duas categorias no intuito de compreendermos e analisarmos melhor os dados, aproximando os pontos mais relevantes entre autores, de modo que não desviemos da temática em questão. Dessa forma, este capítulo tem como finalidade apresentar considerações sobre os critérios exigidos para instalação de PACs no Brasil a partir das orientações do Banco Central do Brasil, além de discutir as contribuições dos postos de atendimento cooperativo para o desenvolvimento local e dos pequenos negócios.

4.1 Critérios para instalação de Posto de Atendimento Cooperativo (PAC)

Este tópico tem como objetivo apresentar alguns critérios que devem ser seguidos desde os processos de constituição de cooperativas de crédito, e/ou implantação de seus respectivos Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) em território brasileiro, assim como a dimensão social e econômica para o local, a partir de contribuições da Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central, que normatiza e orienta e dá outras providências ao ramo de crédito cooperativo.

As cooperativas de crédito tornaram-se mais populares no Brasil após os períodos de incorporação realizados pelos Sistemas de Crédito do país, onde um pensamento filosófico sobre o cooperativismo ganhou um caráter de expansão horizontal⁸ voltado para acessibilidade aos serviços financeiros pelos grupos ou sem nenhum recurso para investir em projetos, como também, um ideal verticalista, após abertura de cooperativas de crédito e postos de atendimento cooperativo⁹ visando maior captação de dinheiro.

Na atualidade, a autenticidade de novas Cooperativas de Crédito ou Postos de Atendimento Cooperativos estão sujeitos a Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015, a qual fornece orientações sobre “a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento de cooperativas de crédito e dá outras providências” (BCB, 2015). Com base nessa orientação, evidenciamos que a instalação de Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) indica a preeminente existência de uma cooperativa de crédito singular, cujo PAC deve estar vinculado, submetendo-se às regras específicas do Banco Central, além do estatuto social da cooperativa.

Criado para dar suporte às cooperativas singulares, a presença de postos de atendimento cooperativos em municípios onde os serviços bancários são escassos tem contribuído bastante para alavancar a economia local na zona urbana e no campo. Para Bitencourt (2001) a instalação de um PAC depende da

[...], prévia comunicação ao Bacen e ao prévio atendimento, pela cooperativa, dos seguintes limites operacionais: níveis mínimos de capital realizado e patrimônio líquido ajustado; índice de imobilizações e limites de endividamento e de diversificação de risco. A instalação deve ser objeto de comunicação ao Bacen com antecedência mínima de 5 dias úteis. A mudança de endereço e o encerramento devem ser objeto de comunicação no prazo máximo

⁸ Para alguns autores, a organização das cooperativas de crédito em sistemas pode ser classificada, para além das “marcas” que as identificam, como vertical ou horizontal. Esta classificação está relacionada à forma de atuação dos sistemas, para os quais o perfil horizontal representa maior capilaridade de acesso aos serviços financeiros a partir de um grande número de pequenas cooperativas atuando em rede. Por outro lado, o perfil vertical pressupõe maior centralização, com um número menor de cooperativas maiores, hierarquicamente organizadas (SOARES E MELO SOBRINHO, 2008).

⁹ Os postos de atendimento cooperativo (PAC) podem ser instalados tanto por cooperativas de crédito com formato organizacional verticalista quanto as que atuam com formatos organizacionais horizontais.

de 5 dias, contados da data de sua ocorrência (BITENCOURT, 2001; p.53).

Conforme o autor menciona, a instalação dos postos de atendimento cooperativo está condicionada à aprovação pelo Banco Central do Brasil, o qual analisa as informações preliminares disponibilizadas pela cooperativa através do relatório, ao passo que verifica se há pessoas com capacidade para gerenciar os possíveis riscos envolvidos nas operações, tendo em vista, a exigência o mínimo de capital para funcionamento de acordo com o tipo de cooperativa, além da demonstração do plano financeiro visando prever a viabilidade econômica financeira do empreendimento.

Colaborando com a Resolução 4.434/2015 em torno dos PAC, a Resolução nº 4.072, de 26 de abril de 2012, afirma que as cooperativas de crédito devem informar com antecedência ao Bacen sobre a instalação, os serviços a serem prestados, localização e endereço da sede a qual estará subordinado, assim como também sobre o encerramento das atividades com, no mínimo, 30 dias de antecedência. Dessa forma, deve-se atentar para as disposições a que se refere Capítulo 2 da resolução nº 4.434/2015, o qual dispõe sobre os critérios para a constituição, a autorização para funcionamento e outras autorizações necessárias às cooperativas de crédito no Brasil.

Em relação à constituição de uma cooperativa de crédito, “os interessados devem indicar um responsável tecnicamente capacitado para acompanhamento do processo junto ao BCB” (BRASIL, 2015, p.01). A partir da apresentação de documentos que justifiquem as possibilidades dos associados se reunirem, de controlar e realizar operações e prestação de serviços na área de atuação pretendida, anexando o plano de negócios, abrangendo o período mínimo de cinco anos (BACEN, 2015). Nesse sentido, para que a constituição de uma cooperativa de crédito seja efetivada é preciso que, além dos documentos legais que justificam a capacidade da organização em “satisfazer as necessidades econômicas, sociais e culturais” (SEBRAE, 2009, p.08) locais, exige-se também a qualificação técnica em torno de acompanhar, levantar e planejar ações em torno do empreendimento, tendo em vista que a presença do PAC ou da cooperativa de crédito naquele ambiente garanta viabilidade e sustentabilidade financeira e econômica aos cooperados.

Conforme o artigo 6º, em seu inciso IV, ao buscar constituir a cooperativa os responsáveis precisam integrar no plano de negócios, o plano financeiro com o estudo demonstrando a viabilidade econômico-financeira do projeto (alínea “a”), o plano mercadológico apresentando os objetivos estratégicos do empreendimento, área de atuação, produtos e serviços a serem prestados, entre outros (alínea “b”), e o plano operacional (alínea “c”) detalhando as responsabilidades, níveis hierárquicos, estrutura física, e os planos de contingência, capacidade de custeio das operações, orçamentos de despesas e receitas (BACEN, 2015).

Para Kraychete (1997) o estudo de viabilidade contribui para identificação e fortalecimento das condições favoráveis ao êxito do projeto, ao passo que ajuda a neutralizar fatores que dificultam a sustentabilidade do mesmo. Dessa forma, antes de solicitar a constituição da cooperativa ou implantação do PAC, deve-se realizar o levantamento a fim de avaliar a compatibilidade entre a estrutura organizacional e as condições que assegurarão a permanência e sustentabilidade da organização naquele ambiente, de modo a permanecer ofertando produtos e serviços previstos no plano de negócios diante de situações adversas.

As solicitações para instalação e funcionamento do PAC ou cooperativa de crédito estão vinculadas às decisões do Banco Central do Brasil, o qual verifica o cumprimento em torno dos atos formais de constituição, presentes nos artigos 4º a 9º da Resolução nº4.434/2015. Caso exista alguma incompatibilidade entre o plano de negócios e a estrutura organizacional, o Bacen determinará um novo período para nova inspeção, sendo que, nesse período todos os atos societários já devem estar formulados e arquivados no órgão de registo competente, caso ultrapasse o prazo solicitado pelo Banco Central, haverá indeferimento do direito de abertura.

Apesar de possuir uma estrutura e abrangência menor que as cooperativas singulares, os PAC possuem autonomia em torno do atendimento ao público, ofertando os mesmos serviços e produtos presentes ou superiores nas cooperativas singulares, os quais também podem ser definidos de acordo com as necessidades locais em que o PAC será instalado, visando a acessibilidade e inclusão financeira de cooperados e não-cooperados.

4.2 Contribuições dos PAC para desenvolvimento local e dos Pequenos Negócios no Território do Sisal

Nas últimas décadas a categoria dos “pequenos negócios” tem ganhado relevância no cenário nacional, sendo um dos temas presentes em debates, diálogos e produções científicas de entidades nacionais em torno de fortalecer, fomentar e demonstrar a importância dos tais para a economia territorial/local. Ao passo, em que a dimensão econômica se constitui um dos pilares utilizados na análise do desenvolvimento local. Diante disso, esse tópico tem como finalidade abordar a contribuição dos postos de atendimento cooperativo para o desenvolvimento local, e o incentivo dos mesmos para criação e expansão dos pequenos negócios.

É notável que o caráter empreendedor dos sujeitos aliado a outras questões como gestão financeira, burocracia e falta de capital de giro constitui-se parâmetros iniciais que influenciou diretamente na formalização dos pequenos negócios. Ao passo que, o aumento no número referente a estes contribui para análise sobre o desenvolvimento e crescimento sustentável do território, assim como também a verificação na redução das desigualdades existentes. Conforme o SEBRAE (2020), os pequenos negócios são compostos por Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Os Microempreendedores Individuais (MEI) são classificados como indivíduos que exercem alguma atividade econômica formalizada, possuindo no máximo um empregado assalariado, “não podendo ser sócio de ou titular de outra empresa, nem possuir receita bruta anual acima de R\$ 81.000 mil” (SEBRAE, 2020).

Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte, a Lei Complementar nº 123 de 2006, define as como

[...], a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Complementando e esclarecendo a Lei Complementar nº 123 de 2006, o Sebrae (2013); (2020); (2021) ressalta algumas diferenças existentes entre a

microempresa e a empresa de pequeno porte. Sendo que, a primeira é definida como qualquer empreendimento que tem receita bruta anual de até R\$ 360 mil, e a segunda com receita bruta anual superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, além do número de funcionários que cada uma pode contratar.

Apesar das dificuldades enfrentadas em torno do acesso ao crédito, o fluxo de negócios e exigências fiscais, os números retratam que diante da pandemia de covid-19 ocorreu diversas iniciativas individuais e coletivas que contribuíram para o aumento dos pequenos negócios no país, fomentando principalmente o empreendedorismo digital. Dessa forma, ressaltamos que os pequenos negócios são responsáveis por aproximadamente 30% da economia nacional, correspondendo a “52% dos empregos com carteira assinada” (SEBRAE, 2018, p. 13). Ao passo que seguem vistos como alternativas viáveis para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (GOUVEIA, 2016).

Conforme o Data Sebrae (2020), na Bahia, existem 967.082 empresas em que 921.499 correspondem a pequenos negócios, sendo a maioria de microempreendedores individuais, seguido das microempresas cujos setores do comércio, serviços, indústria, aparecem com maiores números.

Em relação ao Território do Sisal localizado no semiárido baiano e constituído pelos seguintes municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Quijingue, Nordestina, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente, a plataforma Data Sebrae (2020) constatou a existência 22.770 empresas existentes na categoria dos pequenos negócios, conforme aponta a tabela 1:

Tabela 1 - Panorama dos pequenos negócios no Território do Sisal (2020).

Categoria	Número de Empresas por porte
MEI	12.042
ME	9.756
EPP	972
Total	22.770

Fonte: Data Sebrae, 2020.

Conforme a Tabela 1, os pequenos negócios são constituídos na maior parte por microempreendedores individuais, fato que podemos também atribuir pela dificuldade das pessoas em obter trabalho com carteira assinada, ou, a necessidade de montar o próprio espaço de trabalho, visto que a formalização contribui para ambos acessarem o crédito, serviços bancários e a novos mercados.

Apesar da diversidade nas atividades econômicas presente no Território do Sisal, os dados apontam que 55,5% dos pequenos negócios existentes estão direcionadas para o setor comercial, como mostra a Tabela 2. Em contrapartida, verifica-se uma participação pequena do setor agropecuário, o que nos faz compreender que ainda há uma grande parcela de pessoas atuando como profissionais informais, por falta do conhecimento benéfico da formalização, ou pela dificuldade em competir dentro do mercado consumidor devido à alta capitalização.

Quando se pensa na formalização do agricultor, considerando-o como a categoria mais presente no Território do Sisal, alguns passos devem ser seguidos. Conforme o Sebrae (2016), o produtor rural pode conseguir a formalização começando por

[...], solicitar a Inscrição Estadual ou Municipal junto à Secretaria de Fazenda do estado ou do município para a comercialização formal dos seus produtos. Para isso, deve apresentar os documentos pessoais (CPF e RG), e os documentos da propriedade rural, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e o Número do Imóvel na Receita Federal (Nirf). Caso a propriedade seja arrendada, é necessário ter o Contrato de Arrendamento com os dados do imóvel para o registro junto à Secretaria de Fazenda estadual ou municipal. (SEBRAE, 2016; p.21).

Tabela 2 - Panorama dos pequenos negócios no Território do Sisal (2020).

Setor	Número de empresas nos setores de grande porte
Comércio	12.641
Serviços	6.960
Indústria	2.046
Construção Civil	1.069
Agropecuária	54
Total	22.770

Fonte: Data Sebrae, 2020.

Diante dos números expressados na Tabela 2, verifica-se que as iniciativas em torno da abertura de novos empreendimentos nas classificações dos pequenos negócios estão sujeitos aos critérios de necessidade¹⁰ ou oportunidade¹¹. Como necessidade compreende-se a sobrevivência, segurança, status ou realização pessoal, ao passo que a oportunidade exige habilidades pessoais do empreendedor ao observar, planejar e inovar buscando atrair recursos para oferecer serviços e produtos ao determinado público (SILVA, 2019). Todavia, conforme o GEM (2020), o desemprego ainda se configura o maior influenciador na tomada de decisão, quando se pretende iniciar um novo negócio, evidenciando que a necessidade se sobrepõe à oportunidade.

O número de PAC teve aumento progressivo entre os anos de 2016 e 2021 passando de 5.727 a 8.088. Essa expansão tem sua origem atrelada ao fechamento de agências bancárias em muitos municípios brasileiros, o que contribuiu para que as cooperativas fossem vistas como as principais fontes de acesso ao crédito e serviços bancários (REVISTA MUNDO COOP, 2021). Devido essa dinamicidade em torno de prestar serviços a seus associados, as cooperativas de crédito contribuem para que o associado poupe e invista de forma consciente estimulando o empreendedorismo, ao passo que os ganhos financeiros contribuem para ganhos sociais (SESCOOP/RS, 2020).

Conforme Magalhães e Abramovay (2007) as iniciativas em torno do desenvolvimento local no Território do Sisal possuem suas origens através da participação de atores sociais em trabalhos coletivos organizados inicialmente pelas igrejas, sindicatos e trabalhadores rurais, os quais nortearam a constituição da APAEB¹², garantindo a formação racional e econômica dos agricultores. Com a criação da Poupança APAEB e do Fundo Rotativo de crédito foram consolidadas as primeiras experiências de créditos com serviços voltados ao desenvolvimento econômico (renda) dos associados, bem como ações voltadas ao Desenvolvimento Sustentável (reestruturação e proteção de propriedades) vinculados diretamente a

¹⁰ O empreendedorismo por necessidade corresponde às iniciativas criadas a partir do desemprego, cujas pessoas se veem obrigadas a criar o próprio negócio, mesmo que não possuam afinidade ou especialidade na área (SILVA, 2019).

¹¹ Desejo de aproveitar uma oportunidade de negócio existente no mercado, através da criação de uma empresa por iniciativa própria (SILVA, 2019).

¹² Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), que, até 2004, denominava-se Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (VERDE, 2007).

melhoria da qualidade de vida local (VERDE, 2007). A partir dessa contextualização, verifica-se que anteriormente ao surgimento das cooperativas de crédito no Território do Sisal já existiam práticas empreendedoras informais envolvendo relações de proximidade, as quais ganharam êxito com a atuação de atores sociais junto a APAEB, que, na atualidade, são efetivadas pelas cooperativas de créditos.

No estudo de caso realizado em Serrinha-BA, cujo foco voltou-se à discussão sobre o conceito de pobreza e de território visando compreender a relação das cooperativas de crédito e desenvolvimento local direcionado para os produtores rurais, Mendes e Jesus (2016) consideram que as cooperativas de crédito e seus respectivos PAC consolidam as relações e interações entre os diversos atores sociais, principalmente em territórios com escassez de serviços financeiros. Conforme as autoras, a acessibilidade aos serviços e produtos oferecidos pela ASCOOB, por exemplo, aos associados vem exercendo um papel importante na redução da pobreza da cidade, visto que, ao deliberar acesso a serviços financeiros aos cooperados, também os orientam através de assistência técnica em torno dos investimentos de modo que possam eliminar intermediários (atravessadores) e promover o desenvolvimento local, ao passo que reduz os índices de pobreza. Nessa perspectiva, percebe-se que a cooperativa de crédito contribui para que os agricultores que atuam em condições informais e sem nenhum apoio técnico, possam usufruir de bens e serviços após afiliarem-se, na medida em que os direciona na constituição de seus próprios empreendimentos ou na comercialização de seus produtos de modo que possam contribuir para o desenvolvimento local.

Segundo Ziger (2009) a existência de Cooperativas de Crédito Solidário, comprometidas com a inclusão social, o desenvolvimento local e ao incentivo ao produtor rural condicionou múltiplas oportunidades, ao passo que “contribuiu para justiça social por meio da inclusão social e da melhora da qualidade de vida [...], dos associados, e do local onde estão instaladas” (ZIGER, 2009; p.103-104).

Para Mendes e Jesus (2016), as cooperativas de crédito colaboraram para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, principalmente nos períodos de crise em que os produtos e serviços foram ofertados com taxas mais acessíveis que os bancos tradicionais. A partir dessa ótica, verificamos que as contribuições dos postos de atendimento cooperativo para o desenvolvimento local e incentivo à criação e expansão de pequenos negócios estruturam-se em torno do interesse pela

comunidade, o qual representa o sétimo princípio do cooperativismo. Neste ínterim, as “cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros” (MEINEN E PORT, 2014; p. 41). À medida que ao injetar investimentos no território¹³, os objetivos continuam sendo requisitados em prol do bem estar individual e social de todos os envolvidos.

Portanto, as cooperativas são organizações com grande potencial de contribuição para o alcance dos ODS (GOUVEIA, 2016). De acordo com Gregorini (2019), as cooperativas de crédito são de extrema relevância para conduzir o desenvolvimento equilibrado das comunidades, pois ao passo que desburocratizam a acessibilidade aos serviços financeiros para os povos e desenvolvem soluções de negócios, também participam de ações humanitárias para melhorar a qualidade de vida dos sujeitos dentro da área de atuação. Dessa forma, ao passo que se constituem agentes de desenvolvimento local, os PAC ofertam serviços como “talões de cheque [...], conta corrente, cartão de crédito, para pessoas físicas e jurídicas, contribuindo de certo modo para aquisição de bens de consumo e produção” (GREGORINI, 2019; p. 10-12), fortalecendo assim a atividade comercial dos pequenos negócios, gerando renda e emprego, e divisão das sobras.

Outro fator preponderante ao desenvolvimento local e dos pequenos negócios, é o modelo de educação cooperativista adotado pelas cooperativas de crédito, visto que tem se configurado organizações que ajudam a estabilizar a economia. Com relação ao Território do Sisal, Araújo (2016) ao analisar o papel educativo das cooperativas de crédito do sistema ASCOOB, no processo de disputa e transformação social dos sujeitos do campo no Território, verificou que o desenvolvimento socioeconômico dos sujeitos/ local possui ligação diretamente com parâmetros educacionais cooperativistas (educação popular). Por outro lado, aponta que a parceria entre outras instituições e a cooperativa, tem conduzido a educação cooperativista não mais pensando em desenvolver a consciência crítica dos cooperados, mas tem promovido o fortalecimento do capitalismo, mediante a disseminação de valores individualistas.

¹³Território aqui está referindo-se tanto ao ambiente urbano quanto rural assistido por cooperativas de crédito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico do cooperativismo de crédito no Brasil retrata que o segmento ganhou visibilidade no mercado financeiro com um crescimento favorável em algumas regiões, “sendo as principais instituições financeiras em quase 600 municípios” (UNICREDI, 2021). Ao passo que, têm se constituído um dos temas mais frequentes em debates, assim como uma das áreas relevantes como campo para pesquisa científica, visto que, interage com as dimensões sociais, culturais, políticas, ambientais, além da econômica.

Assim, retomando o objetivo geral que orientou a execução desta pesquisa – analisar como a instalação de Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) contribui para o desenvolvimento local e incentivo aos pequenos negócios no Território do Sisal –, podemos dizer este foi alcançado, embora tenha tido percalços no desenvolvimento do trabalho. Entretanto, evidenciamos que há uma carência acerca de pesquisas de campo já realizadas sobre a temática no Território do Sisal, o que nos limita quanto às respostas ao problema. No entanto, estas são supridas através do aporte teórico já produzido sobre o cooperativismo de crédito.

Também constatamos que a instalação de postos de atendimento cooperativo ou cooperativas de crédito no Território do Sisal contribuiu para inclusão financeira de pessoas e comunidades sem nenhum acesso aos serviços e produtos financeiros, evitando que houvesse deslocamentos de pessoas para outras cidades em busca de serviços ofertados por bancos tradicionais. No mais, os produtos e serviços fornecidos pelas cooperativas de crédito e seus respectivos PACs incentivam o empreendedorismo (social), assegurando o uso eficaz dos recursos em torno de fomentar a economia e o desenvolvimento do local onde estão inseridos.

Quanto aos objetivos específicos, cabe aqui ressaltar que, o primeiro objetivo específico: “contextualizar o histórico do cooperativismo de crédito”, foi respondido parcialmente durante a escrita do referencial teórico, tendo sua complementação no primeiro item da análise.

Em relação ao segundo objetivo específico, concluímos que a instalação de postos de atendimento cooperativos no território nacional deve seguir as orientações formalizadas para as cooperativas singulares pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, cabe aos interessados, no caso a cooperativa singular que deseja implantar

um PAC em um determinado local, fornecer os documentos necessários ao Banco Central do Brasil, contendo informações sobre a constituição e como será efetuado o funcionamento, além do plano de negócios que aponte não somente a necessidade do PAC naquele local, mas também a viabilidade econômica e financeira, assim como o retorno que o mesmo trará a comunidade e a cooperativa.

O terceiro e último objetivo demonstrou que as cooperativas de crédito e seus respectivos PAC exercem influência no desenvolvimento local, como também contribuem para que empreendimentos em fase de abertura ou crescimento possam estruturar-se de maneira sustentável, ao passo que recebem formação e capacitação dentro das possibilidades da educação cooperativista contribuem para a redução dos riscos de falência e índices de pobreza, ampliando-se as oportunidades para os sujeitos permanecerem autossuficientes sem precisar ausentar-se de suas comunidades. Outrora, verificou-se também que os serviços ofertados pelas cooperativas de crédito as qualificam como instituições viáveis ao desenvolvimento econômico local, assim como opção de crescimento e expansão dos pequenos negócios, pois favorecem a inserção dos menos favorecidos em espaços formais de acesso aos serviços financeiros, mediante condições de financiamento e consórcios adaptadas às condições de pagamentos dos cooperados.

Sendo assim, consideramos que os PAC não devem ser mencionados ou analisados apenas como possibilidades de melhorias econômicas para as cidades onde são instalados, visto que as cooperativas de crédito, assim como os demais segmentos assumem nos dias atuais papéis de agentes transformadores qualificados para efetivação de políticas públicas. Por outro lado, compreendemos que o desenvolvimento local e o incentivo aos pequenos negócios poderão ser mais explorados em pesquisas, de modo que possam fornecer dados atualizados.

Ainda no que concerne a relação entre PAC, desenvolvimento local e pequenos negócios, salientamos que todo êxito depende das relações e interações entre cooperados e cooperativas, cooperados e pequenos negócios, pequenos negócios e cooperativas. Visto que tanto os PAC quanto as cooperativas não detêm todo o potencial para desenvolver economicamente os locais onde são instalados, mas dependem diretamente das aplicações e operações realizadas entre cooperados e comércios, visto que atraem investimentos, também desburocratizam as atividades econômicas ajudando a fortalecer o associativismo, ao passo que se

estimulam a sustentabilidade dos negócios, conduzindo assim ao desenvolvimento local.

Diante do que foi abordado até aqui, é preciso salientar que os dados obtidos não são conclusivos, apenas indicam possibilidades de análise e compreensão do tema proposto, pois as condições empregadas pra analisar o desenvolvimento local e no incentivo aos pequenos negócios dentro do Território do Sisal, e em outros territórios, podem variar de acordo o contexto (variáveis) social, cultural, ambiental, tecnológico ou política intrínseca à pesquisa. Não pretendemos esgotar as possibilidades de análise e interpretações, uma vez, que possamos dar continuidade, ampliando e aprofundando o debate sobre a temática.

Em contrapartida, a busca por respostas ao problema de pesquisa proporcionou a abertura para outras dúvidas, as quais podem ser exploradas em pesquisas de natureza empíricas para quem assim se interessar. Trata-se de buscar como o cooperativismo nos seus diversos ramos, em particular o de crédito tem contribuído para o desenvolvimento local/territorial a partir dos pilares (renda, educação e saúde) do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Território do Sisal, considerando as trajetórias e as práticas formativas cooperativistas com os cooperados do campo.

Por fim, esse trabalho destina-se a todos as pessoas envolvidas com o cooperativismo, independente do ramo, visto que as cooperativas de crédito se configuram como potenciais espaços de incentivo financeiro e social para outros setores da sociedade e, notadamente, outros ramos de cooperativas. Destina-se, principalmente, a professores, estudantes e gestores de cooperativas de crédito no Brasil e no Território do Sisal, local de origem desse trabalho, o qual possui uma enorme quantidade de pessoas envolvidas com organizações coletivas formais e informais e uma relação aproximada com as cooperativas de crédito, bem como, as pessoas jurídicas que se enquadram na categoria dos pequenos negócios.

REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, Almiro. **A institucionalização do cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/25636> Acesso 20 de janeiro 2022

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito solidário no Território do Sisal-Bahia**. 2016. 178f. Dissertação (Mestrado em geografia) Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/4983/4141> Acesso 20 de janeiro 2022

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução Nº 4.434, De 05 De Agosto De 2015**.

Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das Cooperativas de crédito e dá outras providências. Disponível em:

http://www.crediguacu.com.br/pdf/res_4434_v1_O.pdf Acesso: 12/05/2022

_____. **Resolução Nº 4.072, De 26 De Abril De 2012**. Altera e consolida as normas sobre a instalação, no País, de dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4072_v1_O.pdf Acesso: 12/05/2022.

_____. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. Brasília: BCB, 2020, 43p. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/PANORAMA%20SNCC%202020.pdf> acesso: 20/04/2022

_____. **Evolução do Cooperativismo de Crédito no Brasil**. Brasília: BCB, s.d, 23p. Disponível em:

https://www.ocbes.coop.br/ocb/m_downloads/tmp/EVOLU%C7%C3O%20DO%20COOPERATIVISMO%20DE%20CR%C9DITO%20NO%20BRASIL.PDF

BASÍLIO, Tássia Grüdtner, **As tecnologias da informação e comunicação como instrumentos de participação em uma cooperativa de crédito Solidário**.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Santa Catarina. 2016.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/166813> Acesso: 02/05/2022

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de Crédito solidário: Constituição e Funcionamento**. 2 ed. Brasília: NEAD, ADS/CUT, CNDRS, MDA. 2001. p.51-57.

Disponível em: <https://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/68.pdf> Acesso 20 de janeiro 2022

BORTOLI, Adriana de. **Formação e distribuição das sobras numa cooperativa de crédito na cidade de Carlos Barbosa – RS**. Universidade de Caxias do Sul, Centro de Ciências Sociais, Caxias do Sul/RS, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/1764> Acesso: 20 de janeiro 2022

BRASIL. Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm Acesso em: 12/02/2022

_____. (2015a). Resolução 4.434 de 05 de agosto de 2015. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 ago. 2015. Disponível em http://www.crediguacu.com.br/pdf/res_4434_v1_O.pdf Acesso 20 de janeiro 2022

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 374 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006a. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89011> Acesso 20 de janeiro 2022

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade**: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Estud. soc. agric.**, Rio de Janeiro, v. 14. n.02, 2006b, p. 312-349. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/279-728-1-PB.pdf> Acesso 20 de janeiro 2022

BURTI, Alencar. Crédito produtivo, essencial para o desenvolvimento: Sistema Financeiro e pequenos negócios em Debate. In: Santos, C. A. (Org.). **Pequenos Negócios Desafios e Perspectivas**. Brasília: SEBRAE, 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b449b8c1b93575d03b773ffadfc757bc/\\$File/4508.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b449b8c1b93575d03b773ffadfc757bc/$File/4508.pdf) Acesso 20 de janeiro 2022

CARIBÉ, R. ; CUNHA, Ranúcio. **COOPERE**; uma recomendação à experiência da cooperação. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2018. 202p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27807> Acesso 27 de janeiro 2022

MENEZES, A. H. N. ; DUARTE, F. R. ; CARVALHO, L. O. R. ; SOUZA, T. E. S. . Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância. 1. ed. Petrolina: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019. 84p. Disponível: <https://portais.univasf.edu.br/dacc/noticias/livro-univasf/metodologia-cientifica-teoria-e-aplicacao-na-educacao-a-distancia.pdf> acesso: 20/06/2022

COELHO NETO, A. S. As estratégias-rede cooperativistas no Espaço Sisaleiro da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, v. 23, p. 247-262, 2013. Disponível em: <https://www.bahiacooperativo.coop.br/files/publicacoes/989/doc/bahia-analise-e-dados-cooperativismo-junho-2013.pdf> Acesso 27 de janeiro 2022

DATASEBRAE. **DataSebrae Indicadores**. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/indicadores/> Acesso em: 31/01/2022.

DATASEBRAE. **Painel de empresas**. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/> Acesso: 28/02/2022

DIEESE, Departamento Internacional de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Desempenho dos bancos em 2020: os cinco maiores bancos do país lucraram R\$ 79,3 bilhões durante a pandemia, com aceleração da digitalização e fechamento de postos de trabalho e agências. Rede Bancários, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2021/desempenhoDosBancos2021.pdf> Acesso: 28/02/2022

FRANTZ, Walter. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. 162 p. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1> Acesso: 05/05/2022

FREITAS, Maria Souza Lima de. **Cooperativas de crédito e suas práticas relacionadas ao sétimo princípio do cooperativismo: um estudo no município de Serrinha-BA**. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano-IFBAIANO, Serrinha, 2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/gestao-cooperativas-serrinha/wp-content/uploads/sites/81/2021/12/Trabalho-de-Conclusao-de-Curso-Maria-Souza-Lima-de-Freitas.pdf> Acesso 27 de janeiro 2022

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Trad. Sandra Regina. Netz. - 4. ed. - Porto Alegre : Artmed, 2005. Disponível em: <https://damas20162.files.wordpress.com/2016/08/giddens-anthony-sociologia.pdf> Acesso: 20/06/2022

GIL, Antônio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1991.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. (cap. 5 – delineamento de pesquisa bibliográfica)

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **Empreendedorismo no Brasil. (2019)**. Coord. Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores. Curitiba: IBQP, 2020. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf> Acesso 27 de Março de 2022

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2003. 80p. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/373> Acesso 27 de janeiro 2022

GOUVEIA, R. As cooperativas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Documentos de *Discusión*. **CUMBRE COOPERATIVA DE LAS AMÉRICAS. “COOPERATIVAS: ASOCIATIVIDAD PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE”** 4., de 14 a 18 de noviembre de 2016, Montevideo-Uruguay. Disponível em: https://www.aciamericas.coop/squelettes/ivcumbre/documentos/Eje3_RodrigoGouveia.pdf Acesso em: 25 abr. 2022.

GREGORINI, Gílio. **A importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento local**. 19f. Artigo Científico (Graduação em Gestão de Cooperativas de crédito) - Universidade do Sul de Santa Catarina. Santa Catarina. 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/15255> Acesso em 18 maio 2022.

KRAYCHETE, G. **Como fazer um estudo de viabilidade econômica**. 1997. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnpdGNwdWNzYWxhcnF1aXZvc3xneDozNDkzODI3N2FkNDI4Zjkz> Acesso em 10 maio 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso e MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=en> Acesso em 22 fev.2022.

MAGALHÃES, R. S. **Economia, Natureza e Cultura**: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia. São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado (Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo – USP. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-08112010-112706/publico/dissertacao.pdf> Acesso 27 de janeiro 2022

MAGALHÃES, Reginaldo Sales ; ABRAMOVAY, Ricardo. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. (digital), v. 22, p. 107-119, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/TcCRVHRJcvmWGt9z8BL7NrD/abstract/?lang=pt> Acesso: 14/05/2022

MARCUZZO, Juliana Luísa. **A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional**: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. UNISC. 2004, 28p. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/01.pdf> Acesso 27 jan. 2022

MARTINS, Edson Luiz. Os benefícios do cooperativismo de crédito. In: EASYCOOP- Cooperativismo em Revista. Jul. 2014. Disponível em: <https://easycoop.com.br/Artigos/View.aspx?id=489> Acesso: 28/04/2022

MARTINS, M. E. **Sujeitos rurais e organizações do cooperativismo de crédito rural solidário: (des)caminhos, (im)possibilidades e (re)invenções**. Ano de obtenção 2016. 241f. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/9746> Acesso: 28 jan. 2022.

MATURANA, André V. K. ; ZUGE, L. G. C. ; KOHLER, R. **MOEDA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM LEVANTAMENTO DAS PRÁTICAS REALIZADAS NO TERRITÓRIO NACIONAL**. In: I Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, 2018, IJUÍ-RS. Anais do I Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/10471/9134> Acesso: 30/06/2022

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confebrás, 2014. Disponível em <https://cooperativismodecredito.coop.br/wpcontent/uploads/2021/03/Cooperativismo-Financeiro-percurso-historico-perspectivas-e-desafios-de-Enio-Meinen-e-Marcio-Port.pdf> Acesso 27 de janeiro 2022

MENDES, Janúzia. ; JESUS, D. S. **Cooperativa de Crédito de Serrinha: Laços financeiros na luta contra a pobreza**. in: ANAIS I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: diálogo Brasil Cuba, Feira de Santana, 2016. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-4880_pt.html Acesso: 10/05/2022

MILANI, Carlos. **TEORIAS DO CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Projeto de pesquisa Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia (2002-2005)**, financiado pela FAPESB e desenvolvido na Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS/CIAGS). Organizações & Sociedade. v.11, 2004, pp. 95-113. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/cSw768DQRn6qvc6QgRNjVPc/?lang=pt> Acesso 27 de janeiro 2022

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio da pesquisa social**. in.: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> Acesso: 20/01/2022

MORAIS, Edson Elias de *et al.* **Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. Serviço Social & Sociedade** [online].n.105, 2011, pp.67-88. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/6PMPVyr5XrZp9b8MFS8tp9K/?lang=pt#> Acesso 03 maio 2022.

OLIVEIRA, E. M. **Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias**. Revista Caminhos de Geografia, vol.5, nº11, fev. 2004, p.84-96. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15327> acesso: 13/05/2022

OLIVEIRA, Francisco Kennedy da Silva de. A construção histórica do direito do trabalho no mundo e no Brasil e seus desdobramentos no modelo trabalhista brasileiro pós-industrial. 2016. Disponível em: <http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wpcontent/uploads/sites/31/2018/02/Francisco-Kennedy-da-Silva-de-Oliveira.pdf> Acesso em 13 de Março de 2022.

OLIVEIRA, N. M. de. **Desenvolvimento Local: Quo Vadis?**. Redes (St. Cruz Do Sul Online), 25(4). 2020. p.1698-1714. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552068329011/html> Acesso 17 jan. 2022.

PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de crédito: história e evolução normativa no Brasil. 6ª ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/livro_cooperativas_credito.pdf Acesso 17 jan. 2022.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Cooperativismo: Dados consolidados dos Sistemas cooperativos. 2016. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/confesol/> Acesso em 25 abr.2022.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. **Retrato dos Pequenos Negócios Inclusivos e de Impacto no Brasil 2017**. 2018. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/3_mapeamento_negocios_de_impacto.pdf Acesso em 25 fev.2022.

REISDORFER, Vitor Kochhann. Introdução ao cooperativismo / Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/453446/> Acesso em 22 abr. 2022.

Revista Mundo Coop: informação e inspiração para o cooperativismo. **Cooperativas abrem 251 Postos de Atendimento nos últimos 5 anos no Rio Grande do Sul**. 2022. Disponível em: <https://www.mundocoop.com.br/especial/cooperativas-abrem-251-postos-de-atendimento-nos-ultimos-5-anos-no-rs.html> Acesso em 14 maio 2022

SALES, J. E. **COOPERATIVISMO: ORIGENS E EVOLUÇÃO**, Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, n.1, p. 23-34, Jan/Jul 2010. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/administracao/cooperativismo/artigos/COOPERATIVISMO%20ORIGENS%20E%20EVOLUCAO.pdf> Acesso: 20/04/2022

SEBRAE. **COOPERATIVA**.(série empreendimentos coletivos), 2009. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/CF527A837A1B4E2F8325766A0052780D/\\$File/NT00042C2E.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/CF527A837A1B4E2F8325766A0052780D/$File/NT00042C2E.pdf) Acesso em 14 maio 2022.

_____. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.** 2021. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa.46b1494aed4bd710VgnVCM100000d701210aRCRD#:~:text=Microempree ndedor%20Individual%20\(MEI\)%20%C3%A9%20o,empresa%20como%20s%C3%B3cio%20ou%20titular](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa.46b1494aed4bd710VgnVCM100000d701210aRCRD#:~:text=Microempree ndedor%20Individual%20(MEI)%20%C3%A9%20o,empresa%20como%20s%C3%B3cio%20ou%20titular). Acesso em 22 fev. 2002.

_____. **Confira as diferenças entre micro empresa, pequena empresa e MEI.** 2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresapequenaempresaemei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD> Acesso em 22 fev. 2002.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Orientações sobre a formalização rural. SEBRAE. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/gestao-e-comercializacao-orientacoes-sobre-a-formalizacao-rural.pdf> acesso; 01/06/2022

_____. **Pequenos negócios melhoram o índice de inovação do Brasil.** Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pequenos-negociosmelhoram-o-indicede-inovacao-do-brasil,02716fd0a4546610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 28 fev. 2002.

_____. **Políticas públicas de incentivo aos pequenos negócios.** 2020. (Ebook). Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosereventos/politicas-publicas-de-incentivoaospequenosnegocios,bbc0b8a6a28bb610VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=Na%20capacita%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAbl icas%20de,de%20inclus%C3%A3o%20e%20desenvolvimento%20social>. Acesso: 20 jan.2022.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. **Cooperativismo de crédito: boas práticas no Brasil e no mundo.** Brasília: Farol Estratégias em Comunicação, 2016. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2017/08/cooperativismo-credito.pdf> Acesso em 20 jan. 2002.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul. Ramo Crédito. In: EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO 2021. 2020. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2021/06/expressao-cooperativismo-gaucho-2021.pdf> Acesso: 15 maio.2022.

SILVA, Antônio Carlos da. O cenário das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais na economia brasileira e seu regime de tributação. Porto, 2019. Dissertação de Mestrado (Ciências Empresariais). Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2019. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/7802> Acesso em 22 abr.2022.

SILVA, F. P. M. ; ORTEGA, A. C. ; BOTELHO, M. R. A. . Arranjo Produtivo Local (APL): A Experiência no Território do Sisal na Bahia. Revista de Desenvolvimento

Econômico (Impresso), v. XVIII, p. 523-554, 2016. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4301/2977> Acesso em 20 jan. 2002.

SILVA, Gabriel Rodrigues da. **O Cooperativismo no Brasil e as Cooperativas de Crédito Rural**. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA— Assis, 2011. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0811260355.pdf> Acesso em 28 abr.2022.

SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo - FPA, 2010. 400 p. p. 41- 65. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPoliticass-1.pdf> Acesso em 20 jan. 2022.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: o papel do banco central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2.ed.rev.ampl. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: https://www.abscm.com.br/uploads/publicacoes/Microfinancas_O%20papel%20do%20Banco%20Central%20do%20Brasil%20e%20a%20importancia%20do%20cooperativismo%20de%20credito.pdf Acesso: 18/06/2022.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Revolução Industrial"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-industrial-1.htm> . Acesso em 04 de março de 2022.

SOUZA, C.S. **Os desafios da indisciplina na produção do conhecimento numa escola pública do ensino fundamental anos iniciais em Serrinha-BA**. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia, Serrinha- BA, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15q0SSOUbAc6Etwf1ALbv1ZpVh71YyX5H/view?usp=sharing> 20/04/2022

TRUGILHO, W. S. ; NASCIMENTO, A. P. S. ; OLIMPIO, G. A. ; RODRIGUES, J. A. ; SILVA, E. C. G. **Evolução e perspectivas do Cooperativismo no Brasil**. In: XVIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XIV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica Júnior, 2014, São José dos Campos. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2014/anais/arquivos/RE_0546_0209_01#:~:text=Hist%C3%B3ria%20do%20Cooperativismo%20no%20Brasil&text=O%20movimento%20iniciou%2Dse%20na,Funcion%C3%A1rios%20P%C3%ABlicos%20de%20Ouro%20Preto. Acesso em 26 mar.2022.

UNICREDI. Como funcionam as cooperativas de crédito no Brasil? . 2021. Disponível em: <https://blog.unicreddigital.com.br/cooperativas-de-credito-no-brasil/#:~:text=O%20cooperativismo%20de%20cr%C3%A9dito%20tamb%C3%A9m,5.314%20cooperativas%2C%20empregando%20427.576%20pessoas>.

VERDE, Maria Cristina Lima. **Estudo de caso**: desenvolvimento sustentável da região sisaleira: Valente-Bahia, supervisão de Marlene Fernandes; coordenação de Carlos Alberto Silva Arruda. – Rio de Janeiro: IBAM, 2007. Disponível em: <https://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/estudoapaeb.pdf> Acesso em 15 maio 2022.

ZAMBELLO, Aline Vanessa *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Organizador: Thiago Mazucato. Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: <http://funepe.edu.br/arquivos/publicacoes/metodologia-pesquisa-trabalho-cientifico.pdf> Acesso em 20 jan. 2022.

ZIGER, V. Inclusão financeira no Brasil: perspectivas e desafios para acesso a serviços financeiros adequados. In: VOLLES, Adriana *et al.* (Org.). **Ensaio Sobre o Cooperativismo Solidário**. Londrina: Midiograf, 2010. v. 1000. 470p. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/livro-cresol-15_anos.pdf Acesso em 17 abr. 2022.

_____. Cooperativismo de Crédito Solidário: inclusão social e desenvolvimento local. In: FELTRIM, VENTURA, DOLT (Coords). **Inclusão financeira**: Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil-Visão de diferentes autores. BCB, 2009. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf Acesso em 17 maio 2022.